

# PREGÃO 90020/2026

Contratação de serviços, sob demanda, de emissão, suporte técnico e armazenamento de certificados digitais em nuvem do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público e “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 (cinco) anos, assinatura digital e carimbo de tempo, emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil)

Valor: R\$ 3.676.187,94 (três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para 60 meses

Dia 26/05/2026 às 10 h (horário de Brasília)

UASG: 200100

Menor preço do grupo, sistema aberto e fechado

Licitação não exclusiva para ME's e EPP's



ADMINISTRAÇÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**  
**Secretaria de Administração/SG**  
**Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas/SA**

SEÇÃO 1 – DO OBJETO.....	4
SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	5
SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	6
SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LAN- CES.....	9
SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	11
SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE.....	14
SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS.....	18
SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
SEÇÃO 11 – DA CONTRATAÇÃO.....	20
SEÇÃO 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	22
1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	22
2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	23
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	25
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	25
5 – EXECUÇÃO DO OBJETO.....	27
6 – GESTÃO DO CONTRATO.....	30
7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO.....	32
Do Recebimento.....	33
Do Faturamento.....	34
Das Condições de Pagamento.....	35
8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	36
9 – ESTIMATIVA DE PREÇO.....	37
10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	38
ANEXO A1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	39
8. Mecanismos formais de comunicação.....	40
9. Da iniciação contratual.....	41

10. Especificações técnicas dos serviços de certificação digital.....	42
11. Características gerais do serviço de emissão de certificados digitais.....	43
12. Acompanhamento das emissões de certificados.....	43
13. Do suporte técnico e manutenção.....	44
14. Dos chamados técnicos e dos prazos.....	45
15. Horário de execução dos serviços.....	48
16. Da transferência de conhecimento.....	48
17. Níveis mínimos de serviço.....	48
19. Da avaliação dos serviços.....	50
20. Instrumento de medição de resultado (IMR).....	50
ANEXO A2 – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS.....	53
ANEXO A2 – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS.....	53
ANEXO A3 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.....	54
ANEXO A4 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO.....	55
ANEXO A5 – ORDEM DE SERVIÇO.....	56
ANEXO A6 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.....	58
ANEXO A7 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	59
ANEXO A8 – ENDEREÇO DAS UNIDADES DO MPF.....	60
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO.....	66
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.....	66
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.....	66
CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.....	67
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.....	67
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.....	67
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.....	68
CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO.....	69
CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	69
CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	70
CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.....	72
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	73
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	75
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	78
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	78
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.....	79
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES.....	79
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.....	79
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO.....	79
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.....	80
ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA.....	82

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Processo nº 1.00.000.008717/2024-20

Torna-se público que o Ministério Público Federal, por meio da Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### SEÇÃO 1 – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços, sob demanda, de emissão, suporte técnico e armazenamento de certificados digitais em nuvem do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público e “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 (cinco) anos, assinatura digital e carimbo de tempo, emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), de acordo com as especificações técnicas que constam no Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal – MPF.
- 1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no comprasnet e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.
- 1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos referenciados no índice.

### SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativas contidas no Termo de Referência

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.1. Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Esta licitação não será exclusiva para participação de ME's e EPP's.

2.11 Não será permitido a participação de pessoa física no certame.

### SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e os esclarecimentos serão apresentados exclusivamente por meio eletrônico designado “Peticionamento Eletrônico do MPF”.

3.2.1. O licitante interessado, deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”. Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

3.2.2. Este cadastramento deverá ser realizado por pessoa física, representante ou preposto da licitante.

3.4. Em caso de impossibilidade do cadastramento e da petição serem efetuados no peticionamento eletrônico, será excepcionalmente admitido o envio da impugnação e esclarecimento pelo e-mail [pgr-licitacao@mpf.mp.br](mailto:pgr-licitacao@mpf.mp.br).

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. O valor parametrizado de acordo com este item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos/descontos mínimos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme modelo do **ANEXO III**.

5.11. Proposta no comprasnet:

#### GRUPO 1

Item	Descrição	Un	Quant	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Máximo Total (R\$)
1	Serviços, sob demanda, de emissão, suporte técnico e armazenamento de certificados digitais em nuvem do tipo "A3" Cert-JUS Poder Público e "A3" e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 (cinco) anos, assinatura digital e carimbo de tempo, emitidos por au-	un	1	3.676.187,94	3.676.187,94

	toridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil),				
--	---	--	--	--	--

**5.11.1. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência.**

**5.11.2. Após os lances a proposta deverá ser decomposta conforme ANEXO III e ANEXO A2 – Planilha de Proposta de Preços.**

## **SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O modelo de disputa adotado neste certame será o **aberto e fechado**

6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer

um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens/grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2. Empresas brasileiras;

6.24.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

## SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. **SICAF**;

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

7.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

7.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.8. Será desclassificada a proposta que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 7.9**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.10.2 A critério do pregoeiro, motivadamente, a negociação poderá ser dispensada nos casos onde haja indícios de inexequibilidade de proposta.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se

for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

7.12.1.1 Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.12.1.2 De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEs/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

## SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

8.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital), social, trabalhista e econômico financeira

8.4. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial emitida pela instância judicial competente;

a1.) Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d1) a demonstração desses índices se aplica também às empresas cadastradas no SICAF

8.4.1 Caso a empresa licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado para o primeiro ano do grupo

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.5.1. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2. A inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3. A regularidade perante a Fazenda Federal, Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.5.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.5.7. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.6. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.7 A licitante deverá apresentar a declaração de conhecimento do teor do Termo de Referência e Anexos – **MODELO ANEXO A3** do Termo de Referência, sendo facultado e recomendável às licitantes a realização de vistoria, nos termos do subitem 4.17 do Termo de Referência.

8.8 A LICITANTE deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação bem-sucedida de serviços com seguintes características mínimas.

a) prestação de serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de, no mínimo, **2.000 (duas mil) unidades de certificados digitais** do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público, padrão ICP Brasil, equivalente a cerca de 22% da quantidade máxima de certificados do contrato;

b) prestação de serviço de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem de, no mínimo, **5.300.000 (cinco milhões e trezentas mil) unidades de assinaturas e carimbos de tempo** emitidos, equivalente a cerca de 12% da quantidade máxima de assinaturas digitais e carimbos de tempo do contrato.

8.8.1 A comprovação de capacidade deverá ser realizada por meio de atestado ou conjunto de atestados que totalizados atendam aos critérios e volumes mínimos exigidos, desde que no mesmo intervalo de 12 (doze) meses.

8.8.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária. A comprovação deverá ocorrer por meio do estatuto social, contrato social ou documento legal de constituição da empresa;

8.8.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

8.8.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.8.5 No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da LICITANTE. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa LICITANTE, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum;

8.8.6 A Administração reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se o(s) atestado(s) e demais documentos são adequados e atendem às exigências contidas no Termo de Referência, podendo exigir apresentação de documentação complementar referente à prestação de serviços relativos aos atestados apresentados;

8.8.7 O(s) atestado(s) apresentado(s) pela LICITANTE deverá(ão) mencionar especificamente os quantitativos, os serviços/produtos realizados/fornecidos, o local (endereço completo) e a data (mês e ano) atestados pela empresa ou pelo órgão. Os atestados que não contenham esses dados poderão ser objeto de diligência do pregoeiro;

8.8.8 A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.8.9 A LICITANTE se obriga a organizar e apresentar no certame somente os atestados a que se referem estas especificações e não juntar todo e qualquer atestado que possua.

8.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, a LICITANTE será habilitada.

8.10. Os documentos referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital), social, trabalhista e econômico-financeira poderão ser substituídos pelo registro no SICAF.

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar na inabilitação do licitante. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

8.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.16.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

## SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante acesso ao portal de serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

## SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza,

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3.6 critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 4% incidente sobre o valor estimado do grupo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 2% do valor estimado do grupo.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 2% a 4% do valor estimado do grupo.

10.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.7 A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21 e na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023.

10.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis, caracterizará a infração do art. 155, VI da Lei 14.133/2021, sendo aplicada a sanção cominada na mesma lei.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.14. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.15. As sanções referentes à contratação estão dispostas na Minuta de Contrato **ANEXO II**

## **SEÇÃO 11 – DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o vencedor será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

11.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

11.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PGR.

11.4. Na assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá comprovar as condições de habilitação exigidas no edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

11.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

11.6 Nos casos em que o licitante vencedor escolha o seguro-garantia como forma de caução fica estabelecido o prazo de um mês após a homologação do certame e anterior à assinatura do contrato para apresentação deste tipo de garantia.

11.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente e para eventuais prorrogações será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação

## **SEÇÃO 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

12.5. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.transparencia.mpf.mp.br](http://www.transparencia.mpf.mp.br).

12.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

Brasília, data conforme assinatura digital

**LEONARDO SANTOS DA COSTA**

Subsecretário de Licitações e Dispensas Eletrônicas

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 10/2026-ASSAPCON/SUBCORP/SA PREGÃO ELETRÔNICO Art. 6º, XLI e Art. 28º, I da Lei nº 14.133/2021

#### 1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços, sob demanda, de emissão, suporte técnico e armazenamento de certificados digitais em nuvem do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público e “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 (cinco) anos, assinatura digital e carimbo de tempo, emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), de acordo com as especificações técnicas que constam neste Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal - MPF.

1.2. As especificações técnicas dos serviços encontram-se pormenorizadas no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

1.3. **Quantitativos estimados:** os quantitativos estimados da contratação são os apresentados na tabela a seguir:

#### GRUPO ÚNICO

GRUPO ÚNICO			
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Máxima
1	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Un.	9.210
2	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Un.	90
3	Serviço de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem	Un.	43.198.734

1.4. **Ramo de atividade predominante da contratação:** 1673 – Serviços de emissão de certificado A3, sem token.

1.5. O **prazo de vigência contratual** é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1. O objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XLVI da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

*“Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:*

*[...]*

*XLVI. Serviço de certificação digital;*

1.5.2. A vigência contratual mais longa se justifica por, além de serem serviços continuados, a necessidade da prestação dos serviços pode ocorrer a qualquer momento (imprevisibilidade), uma vez que se trata de serviços de certificação digital em nuvem e de assinatura digital e emissão de carimbo de tempo, pois a demanda de assinaturas digitais com o carimbo de tempo no MPF é diária, conforme os documentos são produzidos e requerem as devidas assinaturas para

suas validades jurídicas. Assim, justifica-se o prazo de vigência contratual de 60 (sessenta) meses para o contrato.

1.5.2.1. Como os certificados possuem validade de cinco anos, para que possam ser usados durante esse período, os serviços de assinatura e carimbo de tempo devem estar vigentes e disponíveis.

1.5.3. Dentro da vigência do contrato estão previstos todos os serviços, não apenas os serviços de entrega do objeto, mas também as demais obrigações e prazos contidos neste Termo de Referência, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que os serviços contratados só poderão ser executados durante a vigência do contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

1.5.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no estudo técnico preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação, em especial quanto à “descrição da necessidade”:

### **“1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

*1.1 Certificado Digital é um documento eletrônico que identifica pessoas, computadores, softwares e empresas no mundo digital, provando sua identidade e permitindo acessar serviços on-line com a garantia de autenticidade, integridade e não-repúdio. A autenticidade garante a autoria de um documento, o acesso legítimo a um sistema, entre outros. A integridade garante que as informações não foram alteradas sem a devida autorização. O não-repúdio impede que o autor do documento ou da autenticação do sistema conteste a sua validade negando sua autoria.*

*[...]*

*1.6 [...] considerando a importância das atividades desempenhadas pelas pessoas que precisam de alta disponibilidade no uso do certificado digital (doravante denominados “pontos focais”) no MPF (PGR + vice; Procurador-chefe + substituto; Ordenadores de despesa; Vice-Procurador-Geral eleitoral e Procuradores Regionais Eleitorais) e a crescente necessidade de garantir a segurança e a continuidade operacional, a Comissão Estratégica de TI do MPF (CETI), em sua 17ª reunião ordinária, ocorrida nos dias 10 e 11 de setembro de 2024, deliberou pela avaliação de aquisição de um segundo certificado digital em nuvem para os pontos focais para prover contingência em caso de falta do serviço do contrato vigente.*

*[...]*

*1.7 Durante a fase de estudos, em função de problemas na renovação do TC nº 08/2022, esta contratação deverá prever a ampliação do público alvo para que preveja a possibilidade de emissão de certificados para todos os membros e servidores, de forma que sejam emitidos certificados de contingência para quem precisar e ainda possibilitar a avaliação de economicidade entre os contratos para a emissão dos certificados principais”*

### **2.2. Justificativa quanto à natureza do serviço**

2.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum**, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021:

2.2.1.1. Haja vista que (i) Está disponível no mercado para contratação a qualquer momento, conforme levantamento de mercado realizado; e (ii) Possui especificações usuais, pa-

dronizadas e pré-determinadas, cuja forma de execução é objetiva e uniforme, com características pouco variáveis (a variação ocorre predominantemente nos quantitativos).

### 2.3. Enquadramento da contratação

2.3.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, inciso XLI, e no artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

i) ID PCA no PNCP: **PGR-0334/25**.

ii) Data de publicação no Portal de Transparência do MPF: 16.07.2025

iii) Data de atualização no PNCP do PCA-2026: 02.01.2026

### 2.5. Da participação na Licitação

2.5.1. A licitação **não será exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), pois o objeto não se enquadra na categoria de “bens de natureza divisível”, conforme inciso III do Art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o valor da contratação supera o previsto nos termos do Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, *in verbis*:

*“Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”*

2.5.2. Não será permitida a participação de pessoas físicas, pelo fato de os serviços serem inconciliáveis com a sua natureza profissional, nos termos do parágrafo único, do Art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

## 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

## 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Devem ser observados os requisitos da contratação estabelecidos a seguir.

### Sustentabilidade

4.1. Devem ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, 2016, que descreve normas de sustentabilidade, obrigatórias em todas as contratações; e na Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.

### Requisitos de Segurança e Privacidade

4.2. Os serviços prestados deverão atender às leis brasileiras relativas à segurança da informação e proteção de dados, a exemplo da lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

- 4.3. Realizar a proteção de dados pessoais por concepção e por padrão, incluindo a capacitação regular dos seus colaboradores;
- 4.4. Os dispositivos utilizados pelos colaboradores da CONTRATADA para acesso à rede do CONTRATANTE devem ter postura de segurança adequada, atendendo aos seguintes requisitos: software antivírus ativo e atualizado; serviço de firewall local do sistema operacional ativado; navegador web atualizado; e atualizações de segurança do sistema operacional;
- 4.5. O Prestador de Serviço de Confiança (PSC) de Assinatura Digital e/ou Armazenamento de Chaves Criptográficas deve ser credenciado e estar aderente aos padrões da ICP-BRASIL;
- 4.6. Deverá ser utilizado o protocolo TLS, definido pela RFC 5246, ou a sua versão atualizada, para a comunicação com serviços de confiança;

#### **Das necessidades tecnológicas**

- 4.7. Certificado digital em nuvem do tipo A3 (Cert-Jus Poder Público);
- 4.8. Emitido por autoridade certificadora vinculada à cadeia AC-JUS, credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-BRASIL e em conformidade com o estabelecido com a AC-JUS para os membros e servidores do Ministério Público Federal;
- 4.9. Validade de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão do certificado;
- 4.10. Ser um Prestador de Serviço de Confiança junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação<sup>1</sup> (ITI), em conformidade com o DOC-ICP-17 e DOC-ICP-17.01;
- 4.11. Disponibilizar driver, que simule o uso nativo, via desktop, para os sistemas operacionais Windows, macOS e Linux;
- 4.12. A assinatura digital e o carimbo de tempo têm que ser feitos no *hash* do documento. O documento não pode tramitar pela internet;
- 4.13. Deverá prover sistema de gerenciamento do certificado para que o usuário possa adicionar e remover dispositivos e ter logs de auditoria do uso de seu certificado;

#### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 4.14. A garantia dos certificados digitais deve ser igual à sua validade.

#### **Subcontratação**

- 4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **Garantia da contratação**

- 4.16. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5% do valor do primeiro ano do contrato, conforme regras nele previstas.**
  - 4.16.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 (trinta dias) após a assinatura do contrato.
  - 4.16.2. No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contados da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato.
  - 4.16.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

<sup>1</sup> O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Tem por objetivo manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, sendo a primeira autoridade da cadeia de certificação.

## Vistoria

4.17. É facultada e recomendável, às LICITANTES, a realização de vistoria no local onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

4.17.1. A não realização da vistoria não admitirá à LICITANTE qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação;

4.17.2. A vistoria deverá ser agendada por e-mail a **pgr-coplanc@mpf.mp.br**, com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da realização da licitação, no horário das 14h00 às 18h00;

4.17.2.1. Nos termos do § 4º do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, as vistorias serão realizadas em data e horário diferentes para os eventuais interessados;

4.17.2.2. No campo assunto da mensagem, escrever “Pregão Eletrônico nº nn/xxxx” (onde nn/xxxx é o número do edital).

4.17.3. Se cabível, a vistoria poderá ser realizada em reunião virtual por meio de videoconferência;

4.17.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.17.5. A LICITANTE deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da vistoria;

4.17.6. Não será exigida a declaração de vistoria como documentação de habilitação;

4.17.7. Independentemente da opção pela realização ou não da vistoria, a LICITANTE deverá apresentar declaração formal, junto com a sua proposta, assinada pelo seu representante legal ou preposto, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo constante no **ANEXO A3 – Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza dos Serviços**;

4.17.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## Consórcio

4.18. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

4.19 O objeto consiste em atividades que são padronizadas, regulamentadas e fiscalizadas no âmbito da ICP-Brasil, não demandando complexidade técnica extraordinária ou divisão de escopo que justifique a formação de consórcio.

4.20. Ressalta-se que o mercado nacional conta com ampla concorrência de Autoridades Certificadoras e respectivas Autoridades de Registro habilitadas, garantindo competitividade suficiente ao certame, de modo que a vedação ao consórcio não restringe a competitividade nem afronta os princípios da isonomia e da ampla concorrência

## 5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por **preço unitário**.

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da Ordem de Serviço Inicial (EOS);

5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho está contida no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**;

### 5.1.3. Cronograma de Execução

5.1.3.1 A tabela a seguir apresenta o cronograma macro de execução do contrato:

Fase	Seq.	Marco	Prazo	Responsável
Implantação	1.0	Assinatura do Contrato (AC)	–	CONTRATANTE e CONTRATADA
	1.1	Emissão da Ordem de Serviço inicial (EOS)	–	CONTRATANTE
	1.2	Reunião inicial	No máximo, em 5 dias úteis da EOS	CONTRATANTE e CONTRATADA
	1.3	Confecção e entrega do Plano de Instalação e Configuração	No máximo, em 5 dias úteis da Reunião Inicial	CONTRATADA
	1.4	Análise e aprovação do Plano de Instalação e Configuração	No máximo, em 5 dias úteis da entrega do Plano de Instalação e Configuração	CONTRATANTE
	1.5	Execução do Plano de Instalação e Configuração	No máximo, em 15 dias corridos da aprovação do Plano de Instalação e Configuração	CONTRATADA
	1.6	Validação e Teste da Solução	No máximo, em 15 dias úteis da execução Plano de Instalação e Configuração	CONTRATANTE
Operação	2.0	Execução dos serviços contratados	Durante toda a vigência do Contrato	CONTRATADA
Encerramento dos Serviços	3.0	Reunião de alinhamento final	Até 15 (quinze) dias corridos anteriores à finalização do contrato	CONTRATANTE e CONTRATADA

### 5.1.4. Cronograma de Físico-Financeiro

Etapas	Descrição	Itens	Prazo Estimado	Marco	Desembolso
1	Assinatura do Contrato	Todos	N.A.	-----	0
2	Emissão da Ordem de Serviço inicial	Todos	Após a assinatura do contrato	Etapas 1	0
3	Reunião inicial	Todos	Em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da Ordem de Serviço inicial.	Etapas 2	0
4	Implantação	Todos	Em até 15 dias corridos da aprovação do plano de instalação e configuração	Etapas 3	0
5	Validação e Testes da Solu-	Todos	Em até 15 dias úteis da	Etapas 4	0

	ção		execução da Instalação e Configuração.		
5	Execução dos serviços continuados	Todos	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Implantação	Etapa 5	0
6	Avaliação da prestação dos serviços	Todos	Periodicamente, imediatamente após o encerramento do mês	Etapa 6	0
7	Cobrança do serviço (protocolização da NF).	Todos	No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a comunicação do valor exato dimensionado pela fiscalização pelo Fiscal do Contrato com base nos IMR	Etapa 7	0
8	Atesto da cobrança	Todos	Periodicamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.	Etapa 8	0
9	Pagamento da fatura pelo CONTRATANTE	Todos	Em até 10 (dez) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal	Etapa 9	Valor mensal relativo ao Item 3, mais valor referente às Ordens de Serviço dos Itens 1 e 2 executadas no mês de referência

#### Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas Unidades do MPF, cujos endereços estão especificados no **ANEXO A8 – Endereços das Unidades do MPF**.

#### Da prestação dos serviços

5.3. A execução do contrato será baseada no modelo no qual o CONTRATANTE é responsável pela gestão do contrato e pela atestação dos resultados esperados e dos níveis de qualidade para os serviços entregues e a CONTRATADA é responsável pela gestão e execução dos serviços e pela gestão dos recursos humanos e físicos necessários e por dimensionar, organizar e gerenciar o quantitativo de profissionais necessários para o cumprimento do objeto CONTRATADO de acordo com os níveis de serviços exigidos neste Termo de Referência e seus anexos;

5.4. Os serviços eventualmente realizados fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do CONTRATANTE, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA;

5.5. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão contados em dias corridos;

5.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

5.7. Para fins da execução dos serviços de instalação, manutenção e configuração da solução contratada, a CONTRATADA deslocará funcionário, às suas expensas, incluindo todos os custos de deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem ou quaisquer outros custos envolvidos;

5.8. A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço, de acordo com o modelo do **ANEXO A5 – Ordem de Serviço**, contado a partir do recebimento da referida Ordem pela CONTRATADA;

5.9. Em caso de rescisão contratual, insolvência, falta de interesse na renovação contratual por parte da CONTRATADA ou qualquer outra situação que demonstre a incapacidade de a CONTRATADA dar continuidade à prestação dos serviços, os equipamentos/software necessários aos serviços deverão permanecer disponíveis ao CONTRATANTE, até que novo processo de contratação seja concluído e nova solução seja fornecida por empresa contratada, a fim de não prejudicar os serviços do CONTRATANTE;

5.9.1. Durante esse período, os pagamentos serão devidos e realizados como especificados nesta contratação, sem ônus adicional.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.10. A descrição dos serviços objeto deste Termo de Referência encontra-se pormenorizada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.11. Como a contratação é de serviços, a garantia destes vigora por toda a vigência do contrato.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.12. A descrição dos procedimentos de transição e finalização do contrato encontra-se pormenorizada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

## **6 – GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. Será de responsabilidade da Secretaria de Tecnologia e Comunicação do MPF (STIC) a fiscalização técnica do contrato e acompanhamento da execução do objeto, para que sejam cumpridas to-

das as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art.17, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.7.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, IV);

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.10.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III).

6.10.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. . (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

6.10.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

6.13.1 A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto CONTRATADO, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração da Secretaria de Administração do MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer material/equipamento que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no termo de referência. Nesse caso, a CONTRATADA deverá retirar os materiais, produtos ou equipamentos das dependências do CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

## 7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

7.2. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento, sob pena de impacto no pagamento dos serviços;

7.3. Foram definidos critérios e metas de acordo com as características do serviço contratado, conforme determinado no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**;

7.4. Para medir a qualidade dos serviços contratados realizados, serão utilizados indicadores relacionados às suas características, que terão metas definidas de forma quantitativa;

7.5. A frequência de medição será mensal;

7.6. Os serviços deverão ser prestados pela CONTRATADA de forma a alcançar os resultados definidos pelo CONTRATANTE neste Termo de Referência;

7.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.7.1. não produziu os resultados acordados;

7.7.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.7.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.8. O detalhamento dos Indicadores encontra-se no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**;

7.9. A emissão da fatura pela CONTRATADA está condicionada à informação do valor de glosas resultante da avaliação do IMR para o período;

7.10. Constarão no relatório do(s) fiscal(is) do contrato, dentre outras informações, os indicadores/metras alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais e demais informações relevantes para a gestão contratual;

7.11. No caso de glosas no(s) faturamento(s) decorrente(s) do não cumprimento do IMR, a CONTRATADA disporá do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do fechamento da avaliação dos indicadores, para apresentar justificativas ao CONTRATANTE, que deverá avaliá-las no mesmo prazo. Sendo aceitas as justificativas, não haverá a aplicação do redutor;

7.11.1. No caso de não aplicação da glosa em razão de intempestividade na avaliação das justificativas, quando concluída a análise e persistindo o entendimento de que deve ser aplicado o IMR para glosa, esta deverá ser efetuada no pagamento da próxima fatura;

7.11.2. No caso de não haver fatura, o valor será descontado da garantia prestada pela CONTRATADA.

7.12. A aplicação das glosas decorrentes do não cumprimento do IMR acordado é cumulativa e não prejudica a aplicação das sanções a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

### **Do Recebimento**

7.13. Os serviços dos **Itens 1 e 2 do GRUPO ÚNICO** serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, com a assinatura do Termo de Recebimento Provisório, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.13.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.13.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.13.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.13.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, é o responsável pelo recebimento provisório dos serviços, sob o ponto de vista técnico, prestados na unidade do MPF e na PRMs a ela vinculadas, se for o caso.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14.1. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços dos **Itens 1 e 2 do GRUPO ÚNICO** serão **recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelos fiscais do contrato ou por comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento; (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.16.3 O fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no **IMR**, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em Relatório Circunstanciado a ser encaminhado ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

7.17. Para os serviços do **Item 3 do GRUPO ÚNICO**:

a) o **recebimento provisório** ocorrerá ao final de cada período mensal de faturamento, mediante a consolidação e o encerramento do relatório de consumo dos serviços efetivamente prestados no período, elaborado com base nos registros da solução e validado pela fiscalização do contrato, com a emissão do respectivo termo detalhado;

b) o recebimento **definitivo** ocorrerá em até **10 (dez) dias** corridos após o **recebimento provisório**, para a verificação da adequação dos serviços às especificações, com consequente atesto na fatura;

7.17.1. O fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução dos serviços e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA.

7.18. O fiscal técnico **comunicará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura** com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**.

7.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19.1. As providências pertinentes às áreas de fiscalização e gestão contratual para envio dos autos para pagamento deverão ocorrer **até o dia 25 do mês de emissão do documento fiscal**, antecipando-se para o dia útil anterior em caso de final de semana ou dia não útil, para cumprimento dos prazos da Instrução Normativa RFB Nº 2237, de 04 de dezembro de 2024.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do serviço ou no instrumento de cobrança.

7.22. O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Do Faturamento**

7.23. Após a comunicação do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, a fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome do CONTRATANTE (razão social e CNPJ), acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no Edital de licitação.

7.23.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.

7.23.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.24. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.25. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.26. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA eventuais valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.27. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.28. O período de faturamento mensal deverá corresponder ao período de um mês conforme calendário oficial.

### **Das Condições de Pagamento**

#### **7.29. Da Remuneração dos Serviço**

7.29.1. O valor relativo aos serviços de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem (**Itens 1 e 2 do GRUPO ÚNICO**) será pago uma única vez para cada Ordem de Serviço emitida, aplicados, quando houver, os redutores calculados de acordo com o previsto no **IMR**;

7.29.2. O valor relativo aos serviços de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem (**Item 3 do GRUPO ÚNICO**) será pago mensalmente e correspondente ao da fatura do período, aplicados, quando houver, os redutores calculados de acordo com o previsto no **IMR**;

7.29.3. O período de faturamento mensal deverá corresponder ao período de um mês conforme calendário oficial;

7.29.4. A fórmula para o cálculo será:

$$\text{PMS} = (\text{VuEC1} \times \text{q1}) + (\text{VuEC2} \times \text{q2}) + (\text{VFMU3} \times \text{q3}) - \text{IMR}$$

onde:

a) PMS: Pagamento Mensal dos Serviços;

b) VuEC1: Valor unitário de Emissão de Certificado correspondente ao **Item 1 do GRUPO ÚNICO**;

c) q1: Quantidade do **Item 1 do GRUPO ÚNICO** emitidos no período;

d) VuEC2: Valor unitário de Emissão de Certificado correspondente ao **Item 2 do GRUPO ÚNICO**;

e) q2: Quantidade do **Item 2 do GRUPO ÚNICO** emitidos no período;

f) VFMU3: Valor Fixo Mensal Unitário correspondente ao **Item 3 do GRUPO ÚNICO**;

g) q3: Quantidade do **Item 3 do GRUPO ÚNICO** realizados no período;

7.30. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, em moeda nacional, no prazo de **até 10 (dez)** dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.31. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.32. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.33. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.34. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(\text{TX}/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.35. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) e da previdência social (INSS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

7.36. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, referente ao mês de competência da prestação de serviço ou de meses anteriores.

## 8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO GRUPO**.

8.2. Deverão ser especificados e descritos na proposta a Autoridade Certificadora (AC) e o provedor do carimbo de tempo que serão utilizados na prestação dos serviços. Essa informação é requisito para a aceitação da proposta vencedora.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

### Qualificação Econômico-Financeira

8.4. Para fins de qualificação econômica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

### Qualificação Técnica

Remetido para o edital

## 9 – ESTIMATIVA DE PREÇO

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as especificações dos serviços, a unidade de medida, quantidades estimadas anuais, preço unitário, preço total estimado anual, e deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.676.187,94 (três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos)**, custos unitários e anuais apostos na tabela a seguir e no **ANEXO A2 – Planilha de Proposta de Preços**, que deve ser apresentado juntamente com a proposta.

9.2.1. O **ANEXO A2** apresenta a estimativa de ativação de itens ano a ano do contrato, de acordo com a demanda do CONTRATANTE.

### GRUPO ÚNICO

GRUPO ÚNICO					
Item	Descrição	Unid.	Quant. Máxima	Valor Unit. Máx. Aceito (R\$)	Valor Anual Máx. Aceito (R\$)
1	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo "A3" Cert-JUS Poder Público, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Um	9.210	116,66	-
2	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo "A3" e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Um	90	109,17	
3	Serviço de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem	Um	43.198.734	0,06	
ANO 1					547.512,58
ANO 2					669.626,95
ANO 3					743.238,33
ANO 4					780.159,51
ANO 5					935.650,57
TOTAL 60 MESES					3.676.187,94

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

9.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.3.1. A estimativa para os certificados digitais do tipo "A3" Cert-JUS Poder Público leva em conta o histórico de emissão de certificados digitais em nuvem durante a vigência do contrato atual e seus vencimentos;

9.3.2. Os quantitativos de certificados para Certificado Digital do tipo "A3" e-CNPJ levam em conta a quantidade de Unidades do MPF;

9.3.3. A estimativa do serviço de assinatura e carimbo de tempo em nuvem leva em conta a média de assinaturas do último e cerca de 25% como expectativa de crescimento anual.

9.4. Esta contratação será executada sob demanda e de forma concorrente com a Contratação Direta nº 15/2026, de forma que seja possível a escolha do contrato mais vantajoso para a administração e o atendimento à decisão estratégica de manutenção de dois certificados ativos de diferentes provedores para os pontos focais e os membros do MPF

## 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I – UG emitente: 200100.

II – Plano de trabalho: PTRES – Ação: 4264 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – MPF

III – Plano Interno: SEGURTIC

IV – Fonte: 1000000000

V – Elemento de despesa: 33.90.40.23 (EMISSION DE CERTIFICADOS DIGITAIS)

10.3. Por se tratar de contratação que acarreta aumento da despesa, informa-se:

- a) Que o impacto orçamentário-financeiro no presente exercício será de **R\$ 547.512,58 (quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e doze reais e cinquenta e oito centavos);**
- b) Que o impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes será de **R\$ 1.412.865,28 (um milhão, quatrocentos e doze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos);**
- c) Atesta-se, portanto, que o aumento na despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

## ANEXO A1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. O objeto é a contratação de serviços, sob demanda, compreendendo:

a) Emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de certificados digitais do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público, padrão ICP Brasil, com validade de 5 (cinco) anos, emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

b) Emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de certificados digitais do tipo “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 (cinco) anos, emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

c) Assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem;

2. Os serviços incluem as seguintes obrigações acessórias relacionadas à solução ofertada:

a) Elaboração e manutenção de Plano de Continuidade de Serviços de TIC, que permita continuidade do serviço mesmo em caso de desastres ou incidentes graves, contemplando no mínimo análise de risco, plano de recuperação de desastre de TIC e procedimentos de teste período do plano, conforme Instrução Normativa SG/MPF nº 39, de 7 de novembro de 2023;

b) Elaboração e implementação de Plano de Backup para a plataforma e todos os seus componentes, contemplando procedimentos de teste período dos backups, alinhados a IN SG/MPF Nº 3/2023: Política de cópia de segurança (backup).

3. Os Serviços incluem a solicitação e a emissão automatizada de certificados digitais, o suporte técnico, armazenamento seguro de certificados digitais em Hardware Security Module (HSM) em nuvem, a gestão dos certificados digitais e os serviços de assinatura digital de documentos eletrônicos e de carimbo de tempo que possam ser integrados a outras aplicações;

4. Os serviços de emissão de certificados digitais, assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem deverão ser prestados de forma contínua e sem interrupções, durante toda a vigência do contrato, para os usuários autorizados pelo MPF em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

5. O serviço a ser contratado é do Prestador de Serviço de Confiança – PSC, nos termos da Resolução nº 132/2017 do ICP-Brasil, para armazenamento de chaves privadas de usuários finais e serviços de assinatura digital;

6. O PSC deve atender aos procedimentos operacionais mínimos conforme o documento DOC-ICP-17.01, versão 3.0, Instrução Normativa nº 20, de 23 de Novembro de 2020 do ITI.

7. A prestação dos serviços deve ser baseada em modelo de remuneração em função dos resultados apresentados, em que os pagamentos são realizados após mensuração, avaliação e validação de métricas quantitativas, contendo metas e indicadores de desempenho, com Instrumento de Medição de Resultado (IMR) definido neste Termo de Referência, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços. Assim, os indicadores que

compõem o IMR devem ser registrados, monitorados e comparados às metas de desempenho e qualidade estabelecidas, em termos de prazo e efetividade.

## **8. Mecanismos formais de comunicação**

8.1. A comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita por meio do(s) Fiscal(is) do Contrato (por parte do CONTRATANTE) e do Preposto (por parte da CONTRATADA);

8.2. São instrumentos formais de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA:

i) E-mails;

ii) Ordem de serviço e todos os registros e documentos eletrônicos associados em ferramenta definida para essa finalidade pelo CONTRATANTE;

iii) Atas de reunião;

iv) Ofícios.

8.3. Para o apoio aos instrumentos formais de comunicação, deve ser previsto um canal de comunicação direto entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA para esclarecimento de dúvidas, tais como: telefone 0800, ou equivalente gratuito, ou chat (conversação on line).

## **9. Da iniciação contratual**

9.1. A CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial com o CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço inicial;

9.1.1. A critério do CONTRATANTE, a reunião poderá ser realizada de forma virtual.

9.2. Devem participar efetivamente dessa reunião, no mínimo, o Preposto da CONTRATADA e o(s) Fiscal(is) do Contrato;

9.3. Na reunião inicial, serão tratados os seguintes assuntos:

9.3.1. Ajustar os recursos dos ambientes da CONTRATADA e do CONTRATANTE;

9.3.2. Apresentar e sanar dúvidas sobre a sistemática de gestão dos serviços;

9.3.3. Ratificação por parte do CONTRATANTE das quantidades para ativação inicial dos itens que compõem a contratação;

9.3.4. Contatos com indicação de cargo e responsabilidades (nome, email, telefone, etc);

9.3.5. Apresentação das equipes do CONTRATANTE e da CONTRATADA;

9.3.6. Absorver conhecimentos, pela CONTRATADA, inerentes aos serviços contratados;

9.3.7. Validar os fluxos e processos inerentes à gestão contratual;

9.3.8. Transferência de conhecimento para os usuários e a equipe técnica do CONTRATANTE;

9.3.9. Requisitos e informações para cadastramento de acesso à solução de administração dos serviços.

9.4. A CONTRATADA deve assinar e entregar ao CONTRATANTE, antes da reunião inicial, o termo de confidencialidade e sigilo, conforme modelos contidos no Anexo B - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo à Minuta de Termo de Contrato. Esses documentos estabelecem as condições para a prestação dos serviços acerca do sigilo das informações custodiadas, do acesso restrito das informações aos técnicos designados para os serviços e da propriedade intelectual de todos os produtos e conhecimento advindos da execução do contrato. Portanto, devem ser

reconhecidos por todos os funcionários, terceirizados e parceiros que venham executar serviços no âmbito do contrato. Para isso, todos eles devem assinar o termo de ciência, conforme modelo contido no ANEXO A4 – Declaração de Ciência do Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo;

9.4.1. Os documentos devem ser entregues digitalizados por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF.

9.5. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da reunião inicial, para posterior aprovação pelo CONTRATANTE, o Plano de Instalação e Configuração, contendo, pelo menos:

9.5.1. Cronograma descrevendo as atividades, indicando as datas de início e término;

9.5.2. Lista de recursos de software que serão entregues;

9.5.3. Procedimentos que serão seguidos para a realização dos testes de funcionamento e validação da solução.

9.6. O CONTRATANTE analisará, em até 05 (cinco) dias úteis, o Plano de Instalação e Configuração apresentado, aprovando-o ou recusando-o de forma fundamentada;

9.6.1. No caso de recusa, a CONTRATADA deverá apresentar novo plano no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento do comunicado do CONTRATANTE;

9.6.2. Em caso de aprovação, o CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA para que inicie as atividades de implantação no primeiro dia útil seguinte a contar do recebimento da comunicação.

9.7. Instalação e Configuração

9.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar a(s) API(s) e driver(s) com a respectiva documentação durante o período de instalação e configuração;

9.7.2. Deverá ser entregue ao CONTRATANTE toda a documentação de configuração e uso do serviço da API de assinatura e carimbo de tempo;

9.7.3. A documentação deverá prover um nível de informação passo a passo suficiente para que o CONTRATANTE possa configurar o serviço de forma a integrar-se a seus sistemas internos;

9.7.4. A instalação e configuração deverá ser concluída pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 dias corridos da aprovação do Plano de Instalação e Configuração.

9.8. Validação e Testes da Solução

9.8.1. Após a instalação e configuração, serão realizados procedimentos de Validação e Testes para verificação das funcionalidades descritas neste Termo de Referência. O período da fase de Validação e Testes será de, no máximo, 15 dias úteis da execução da Instalação e Configuração;

9.8.2. Durante esta fase, a CONTRATADA deverá auxiliar o CONTRATANTE com suporte on-line;

9.8.3. Ao final da Validação e Testes, tendo o CONTRATANTE verificado o atendimento de todos os requisitos previstos e as funcionalidades especificadas neste Termo de Referência, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da Instalação e Configuração e os serviços do GRUPO ÚNICO podem ser ativados.

## 10. Especificações técnicas dos serviços de certificação digital

- 10.1. Certificado digital em nuvem do tipo A3 (Cert-Jus Poder Público) e “A3” e-CNPJ.
- 10.2. O certificado digital em nuvem do tipo A3 (Cert-Jus Poder Público) deve ser emitido por autoridade certificadora vinculada à cadeia AC-JUS, credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-BRASIL e em conformidade com o estabelecido com a AC-JUS para os membros e servidores do Ministério Público Federal.
- 10.3. Deverá ser utilizado o protocolo TLS, definido pela RFC 5246, ou a sua versão atualizada, para a comunicação com os serviços de confiança.
- 10.4. Validade dos certificados: 5 (cinco) anos, contados a partir da sua data de emissão.
- 10.5. A CONTRATADA deve ser um Prestador de Serviço de Confiança junto ao ITI, em conformidade com o DOC-ICP-17 e DOC-ICP-17.01.
- 10.6. O Prestador de Serviço de Confiança (PSC) de Assinatura Digital e/ou Armazenamento de Chaves Criptográficas deve ser credenciado e estar aderente aos padrões da ICP-BRASIL.
- 10.7. Disponibilizar driver que simule o uso nativo, via desktop, para os sistemas operacionais Windows, macOS e Linux, em suas versões mais atuais.
- 10.8. A assinatura e o carimbo de tempo devem ser feitos no hash do documento. O documento não pode tramitar pela internet.
- 10.9. A CONTRATADA deverá prover sistema de gerenciamento do certificado para que o usuário possa adicionar e remover dispositivos e ter logs de auditoria do uso de seu certificado.
- 10.10. Deve permitir que membros e servidores do MPF possam usar o certificado em diversos dispositivos de forma simultânea, pois o certificado é armazenado em nuvem.
- 10.11. Deve permitir a assinatura eletrônica de documentos por meio de desktops, Windows, Linux e macOS, e em dispositivos móveis Android e iOS, em suas versões mais atuais.
- 10.12. Deve permitir que os certificados possam ser utilizados nos sistemas internos do MPF que utilizam assinatura digital e carimbo de tempo, em especial o Sistema Único e o PJE.
- 10.13. Deve fornecer o armazenamento criptográfico em nuvem homologado pela ICP-BRASIL.
- 10.14. Deve permitir a renovação automática do certificado digital.
- 10.15. Deve permitir que o processo de coleta e verificação das informações para emissão dos certificados seja realizado por meio de videoconferência digital.

## **11. Características gerais do serviço de emissão de certificados digitais**

- 11.1. As emissões deverão ocorrer remotamente por videoconferência, de acordo com as diretrizes da Instrução Normativa ITI Nº 5, de 22 de fevereiro de 2021.
  - 11.1.1. Na impossibilidade de emissão por videoconferência, a emissão dos certificados deverá ser realizada mediante visita de representante à Unidade do MPF, em até 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
  - 11.1.2. Os serviços serão prestados nas localidades das Unidades do MPF, cujos endereços estão especificados no ANEXO A8 – Endereços das Unidades do MPF.
- 11.2. Os recursos fornecidos devem estar em conformidade com os padrões e normas estabelecidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e com demais padrões e normas estabelecidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.
- 11.3. A solução deve estar alinhada à Política de Segurança da Informação e Comunicação do Ministério Público Federal.

11.4. Os certificados devem ser emitidos sob demanda e faturados somente após o seu Recebimento Definitivo, mediante apresentação de relatório técnico.

11.5. Deve haver o cancelamento automático dos protocolos caso os certificados não sejam emitidos no prazo máximo de 30 dias, contados da data de autorização.

11.6. Certificados devem ser emitidos em até 1 dia útil da solicitação.

11.7. Certificados que apresentem defeito devem ser reemitidos em até 3 dias úteis.

11.8. Em caso de recusa dos serviços contratados, por não atendimento às especificações, a CONTRATADA deverá corrigir o(s) serviço(s) não aceito(s) no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar do aviso da rejeição.

11.9. No momento do faturamento dos serviços, a CONTRATADA deverá enviar um relatório acompanhando a nota fiscal ou fatura, discriminando os serviços cobrados, com os respectivos protocolos que originaram o serviço.

## **12. Acompanhamento das emissões de certificados**

12.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, via acesso a sistema informatizado web, consulta e acompanhamento das solicitações de emissão de certificados, além da geração de relatórios dos certificados emitidos (por período), que devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

12.1.1. Número do chamado ou protocolo;

12.1.2. Localidade (capitais e municípios);

12.1.3. Nome do membro ou servidor para quem foi solicitado o certificado;

12.1.4. Data da requisição, autorização e emissão do certificado;

12.1.5. Data de revogação do certificado;

12.1.6. Período de validade do certificado;

12.1.7. Tipo de certificado digital (A3 Cert-JUS Poder Público);

12.1.8. Status do certificado (emitido ou não emitido).

12.2. Deve ser possível ao CONTRATANTE a emissão de relatórios com, no mínimo, os seguintes filtros: nome, email, CPF, UF, unidade do MPF.

## **13. Do suporte técnico e manutenção**

13.1. O início da prestação dos serviços de suporte técnico e manutenção será a partir do recebimento definitivo da Instalação e Configuração e da disponibilização dos serviços de emissão de certificados digitais e de assinatura e carimbo de tempo em nuvem;

13.2. A CONTRATADA deverá estar apta a atender chamados técnicos de suporte técnico, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, para solução de problemas decorrentes de defeitos e/ou falhas nos drivers, bem como em programas necessários à sua utilização e gerenciamento, ou ainda para tirar dúvidas e solicitar informações quanto a funcionalidades e procedimentos de configuração do objeto da contratação;

13.3. O suporte técnico será prestado pela CONTRATADA, de forma remota, via telefone, email, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, durante toda a vigência do contrato;

13.4. Durante o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer sem ônus ao CONTRATANTE todas as atualizações de software disponibilizadas pelos fabricantes para a

correção de erros (bugs) e/ou adição de novas funcionalidades em até 20 (vinte) dias corridos após o lançamento oficial da atualização;

13.5. A CONTRATADA é responsável, durante todo o período de vigência do contrato, por realizar a manutenção preventiva e corretiva de toda a solução, sem custo adicional ao preço contratado;

13.5.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária, dentro dos prazos previstos;

13.5.2. Todo o processo deve ter um documento de gestão de mudança associado, elencando as atividades a serem executadas, as partes envolvidas, tempo de indisponibilidade, procedimento de rollback, benefícios a serem obtidos e riscos operacionais envolvidos;

13.5.3. Qualquer alteração na infraestrutura usada para a prestação dos serviços deve ter um documento de gestão de mudança associado, elencando as atividades a serem executadas, as partes envolvidas, tempo de indisponibilidade, procedimento de rollback, benefícios a serem obtidos e riscos operacionais envolvidos;

13.5.4. A CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de dois dias úteis, as mudanças planejadas;

13.5.5. A CONTRATADA deve executar os serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

13.6. Os prazos para atendimento de solicitações estão definidos no item 13. Níveis Mínimos de Serviço;

13.7. Os atendimentos serão acompanhados pela equipe técnica do CONTRATANTE, que ficará responsável pela verificação da solução dos problemas e pelo fechamento dos chamados.

#### **14. Dos chamados técnicos e dos prazos**

14.1. A CONTRATADA deverá prover, sem ônus para o CONTRATANTE, uma solução para abertura e acompanhamento de chamados;

14.1.1. A solução deve permitir a categorização dos chamados com níveis de prioridade;

14.1.2. A CONTRATADA deverá enviar, até o quinto dia útil de cada mês, relatório mensal extraído da ferramenta de atendimento por Unidade do MPF em que os serviços são prestados contendo as informações sobre os chamados abertos para avaliação dos IMR;

14.1.3. Em caso de indisponibilidade da ferramenta padrão de abertura de chamados, os chamados poderão ser realizados por outros meios para o Preposto da CONTRATADA, ou pessoa designada por este, sem prejuízo à apuração dos indicadores, com a finalidade de se ter um atendimento mais célere;

14.1.4. A disponibilidade dos relatórios e consultas deverá contemplar todo o período compreendido pelo contrato firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

14.2. Os chamados que demandem atendimento presencial abertos após as 18h00, fuso horário da Unidade onde o serviço será prestado, terão seus prazos contados a partir do próximo dia útil;

14.3. As informações referentes a chamados, incluindo providências e ações de resolução tomadas, devem ser armazenadas em sistema de controle de chamados da CONTRATADA, cujo acesso deve estar disponível ao CONTRATANTE. Nesse sentido, devem ser criadas contas de acesso para a equipe de técnicos designada pelo CONTRATANTE para fins de acompanhamento e

auditoria de chamados, sendo possível a extração de relatórios compreendendo o período integral do contrato;

14.4. A CONTRATADA deve realizar os devidos escalonamentos de acordo com a prioridade e nível de atendimento dos chamados reportados pelo CONTRATANTE ou pelo sistema de monitoramento da CONTRATADA;

14.4.1. Não sendo possível a resolução do problema de forma remota e havendo necessidade de atuação com presença física na unidade do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar o envio de técnico para o atendimento em até 48 (quarenta e oito) horas úteis a partir do diagnóstico da necessidade de atuação com presença física registrado no chamado pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

14.5. A critério exclusivo do CONTRATANTE, a contagem de tempo somente pode ser interrompida:

- i) Caso a CONTRATADA apresente, tempestivamente, razões que comprovem a ocorrência de fatos que fogem ao seu controle e aceitas pelo CONTRATANTE;
- ii) Quando ações necessárias para a resolução de chamados tenham sido agendadas pela CONTRATADA em conjunto com o CONTRATANTE; e
- iii) Quando forem necessárias ações do CONTRATANTE.

14.6. Em qualquer mudança na situação de chamados, deve ser encaminhada uma notificação ao CONTRATANTE com as informações de registro do chamado para endereço eletrônico de e-mail, inclusive quando houver mudança de status interrompendo a contagem de IMR;

14.7. Em qualquer mudança na situação de chamados, quando houver necessidade de ação da parte da CONTRATADA, a contagem de tempo para fins de IMR será iniciada automaticamente;

14.8. Os chamados abertos somente podem ser concluídos e fechados após a autorização do CONTRATANTE;

14.8.1. Ao encerrar cada chamado, o sistema de controle de chamados deve permitir a avaliação da qualidade do atendimento;

14.8.2. Se o CONTRATANTE autorizar a conclusão de chamado, devido à CONTRATADA alegar que não pode resolver o chamado ou que o chamado não diz respeito aos serviços que ela gerencia, e depois ficar comprovado que a CONTRATADA poderia ter investigado melhor o chamado e resolvido o objeto do chamado, este será reaberto e a contagem de tempo será retomada, considerando também o período em que o chamado ficou fechado indevidamente para aferição do índice de medição de resultado. Se o chamado já tiver sido resolvido por técnico do CONTRATANTE, a reabertura terá como finalidade apenas a correção da contagem tempo de atendimento e o tempo de encerramento será considerado aquele que o técnico do CONTRATANTE incluir a evidência no chamado que comprove que a CONTRATADA deveria ter resolvido o problema. Se o chamado ainda não possuir resolução, ele continuará aberto até que a CONTRATADA resolva definitivamente o seu objeto.

14.9. As ocorrências que necessitem de intervenções no ambiente do CONTRATANTE só poderão ser efetuadas após a autorização dos Fiscais do Contrato;

14.10. Entende-se por primeiro atendimento o contato inicial realizado pelo técnico da CONTRATADA com o solicitante, após a abertura do chamado, para início da resolução do problema;

14.11. Serão considerados para efeitos dos prazos:

14.11.1. Prazo de Retorno para Comportamento Adequado: tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuado pelos Fiscais do Contrato e a recolocação do serviço em estado de funcionamento adequado;

14.11.2. Prazo de Solução Definitiva: tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuado pelos Fiscais do Contrato e a efetiva solução do incidente tornando o serviço a seu pleno estado de funcionamento;

14.11.3. Os prazos mencionados nos dois itens anteriores serão considerados apenas se houver aceite pelos Fiscais do Contrato. Não ocorrendo o aceite, a solução apresentada será desconsiderada e os prazos continuarão correndo.

14.12. Considera-se prazo para atendimento o período compreendido entre o primeiro atendimento e o correto e adequado diagnóstico do problema;

14.13. Considera-se prazo para solução o período compreendido entre o correto e adequado diagnóstico do problema e o término do atendimento, com o retorno à operação ou a substituição do equipamento por outro de, no mínimo, capacidade e qualidade equivalentes ou superiores;

14.14. A critério do CONTRATANTE, o início do atendimento, assim como a sua execução, poderá ser agendado ou adiado. Nesses casos, ficam suspensas a contagem de horas para a solução final;

14.15. A frequência de aferição e avaliação dos serviços deve ser mensal, devendo ser elaborado o Relatório de Serviços Prestados (RSP) até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente;

14.16. O Relatório de Serviços Prestados (RSP) deve conter índices de medição de resultado acordados e alcançados, resultados obtidos e custos despendidos, estatísticas de disponibilidade de serviços e de desempenho de chamados, além de informações históricas sobre os dados coletados;

14.17. O relatório deverá ser emitido em arquivo eletrônico em formato de planilha e enviado e/ou armazenado em condições a serem definidas pelo CONTRATANTE;

14.18. O Relatório de Serviços Prestados (RSP) deve conter, no mínimo:

14.18.1. Resumo Financeiro, contendo valores por serviço e por quantidades, contendo, no mínimo:

14.18.1.1. Valor mensal consolidado e por item de serviço;

14.18.1.2. IDS – Índice de Disponibilidade do Serviço

14.18.1.2.1. Valor mensal do serviço de assinatura e carimbo de tempo;

14.18.1.2.2. Quantitativo de tempo de indisponibilidade do mês, em minutos;

14.18.1.2.3. Valor do IDS;

14.18.1.2.4. Valor da redução de pagamento, se houver;

14.18.1.2.5. Chamados mais relevantes relacionados a ocorrências de indisponibilidades.

14.18.1.3. IPA – Índice de Prazo de Atendimento

14.18.1.3.1. Valor mensal dos serviços;

14.18.1.3.2. Total de chamados técnicos atendidos no prazo;

14.18.1.3.3. Valor do IPA;

14.18.1.3.4. Valor da redução de pagamento, se houver.

14.18.2. Relatório dos chamados, que devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

14.18.2.1. Relação de todos os chamados ocorridos no período e seu status;

- 14.18.2.2. Data e hora de início e término do atendimento;
  - 14.18.2.3. Identificação do problema ou ocorrência;
  - 14.18.2.4. Severidades;
  - 14.18.2.5. Providências adotadas para o diagnóstico, solução provisória e solução definitiva;
  - 14.18.2.6. Data e hora do início da solução provisória e término da solução definitiva;
  - 14.18.2.7. Identificação do usuário do CONTRATANTE que solicitou e validou o serviço;
  - 14.18.2.8. Identificação do técnico da CONTRATADA responsável pela execução do serviço.
- 14.19. A entrega do relatório é condição para o pagamento dos serviços. Durante a vigência do contrato, o CONTRATANTE pode solicitar reuniões de avaliação dos índices de medição de resultado, ajustes na prestação do serviço e esclarecimentos julgados necessários;
- 14.20. O relatório mensal de serviços poderá sofrer alterações no decorrer do contrato para melhor se adequar aos processos internos do CONTRATANTE;
- 14.21. O IMR e o seu impacto no pagamento estão descritos no item ~~15~~ 20. Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deste documento.

## **15. Horário de execução dos serviços**

- 15.1. A prestação dos serviços de assinatura digital e carimbo de tempo deverá ser no regime 24x7x365 durante toda a vigência do contrato.
- 15.2. A execução dos serviços de emissão deverá ser realizada em dias úteis, das 8 às 18h, de acordo o fuso horário da Unidade do CONTRATANTE, conforme seu calendário de feriados e pontos facultativos, por meio de videoconferência, e ter início em data e hora registradas no agendamento.
- 15.3. O CONTRATANTE obriga-se a informar previamente à CONTRATADA, em prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, eventuais períodos de atividades extraordinárias, bem como mudança nos horários e dias de atendimento.

## **16. Da transferência de conhecimento**

### **16.1. Para o usuário**

- 16.1.1. Fornecer ao usuário orientações sobre instalação, configuração, utilização e cuidados para a proteção do certificado digital.

### **16.2. Para a equipe técnica do CONTRATANTE**

- 16.2.1. A CONTRATADA deverá instruir a equipe técnica do CONTRATANTE em conhecimentos mínimos da solução, no mínimo sobre os seguintes itens:

- 16.2.1.1. Administração do portal de emissão de certificados: instruir a equipe do CONTRATANTE, responsável pela gestão da solução, na utilização de ferramentas para acompanhamento e gerenciamento do ciclo de vida dos certificados por meio de webinar.

16.2.1.2. Para os desenvolvedores: instruir a equipe de desenvolvimento quanto à integração via API, disponibilizar a documentação da(s) API(s) e dar suporte online na fase de integração.

16.2.2. A transferência de conhecimento deverá ser por meio de videoaulas, videoconferência ou Ensino a Distância (EAD), com no mínimo 10 (dez) horas de duração, e incluir a realização de atividades práticas;

16.2.3. Deverá ser fornecido o material didático, em mídia eletrônica, com abrangência de todo o conteúdo programático.

## 17. Níveis mínimos de serviço

17.1. A disponibilidade mensal dos serviços de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem deve ser, no mínimo, 99,7%. Entende-se por disponibilidade o pleno funcionamento dos serviços contratados, permitindo a realização de assinaturas digitais e carimbos de tempo.

17.1.1. Mensalmente, deverá ser calculado o percentual de disponibilidade para os serviços conforme especificado no indicador IDS – Índice de Disponibilidade do Serviço.

17.2. A CONTRATADA terá os seguintes prazos máximos para a execução dos serviços relativos ao objeto contratado, a partir da solicitação formal do CONTRATANTE:

ID	Atividade	Prazo Máximo	Métrica	Marco para contagem do prazo
01	Tempo máximo para o início do atendimento do chamado, em caso de indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	1 hora	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado
02	Tempo máximo para recuperação do serviço e fechamento do chamado, em caso de indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	1 hora	Em horas corridas	A contar do início do atendimento do chamado
03	Tempo máximo para o início do atendimento do chamado, em caso de degradação de desempenho ou funcionamento da solução, desde que não haja indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	1 hora	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado
04	Tempo máximo para recuperação do serviço e fechamento do chamado, em caso de degradação de desempenho ou funcionamento da solução, desde que não haja indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	2 horas	Em horas corridas	A contar do início do atendimento do chamado
05	Tempo máximo para o início do atendimento de chamados que não tenham relação com indisponibilidade do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	2 horas	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado
06	Tempo máximo para recuperação do serviço e fechamento dos chamados que não tenham relação com indisponibilidade do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	3 horas	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado
07	Tempo máximo para realizar contato para agendamento de emissão de certificado digital	4 horas	Em horas úteis	A contar da aprovação da emissão
08	Tempo máximo para realizar a emissão de certificado por videoconferência de membro/servidor	3 dias úteis	Em dias úteis	A contar da aprovação da emissão
09	Tempo máximo para disponibilizar atualização e correção de driver	20 dias corridos	Em dias corridos	A contar da abertura do chamado

10	Tempo máximo para notificar alterações normativas / técnicas da ICP-Brasil e ACJus	5 dias úteis	Em dias úteis	A contar da divulgação da norma
11	Tempo máximo para resolver chamados de suporte técnico de severidade baixa	16 horas corridas	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado
12	Tempo máximo para resolver chamados de suporte técnico de severidade média	8 horas corridas	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado
13	Tempo máximo para resolver chamados de suporte técnico de severidade alta	4 horas corridas	Em horas corridas	A contar da abertura do chamado

TABELA 1 – Prazos de execução dos serviços

18. De acordo com os tempos máximos para execução dos serviços definidos na Tabela 1, poderão ser aplicadas as pontuações previstas na Tabela 2 a seguir, conforme as infrações cometidas e o seu grau. As ocorrências serão registradas pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, que notificará(ão) a CONTRATADA;

ID	Não cumprimento das atividades	Referência	Pontos
01	Tempo máximo para o início do atendimento do chamado, em caso de indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	por hora de atraso	500
02	Tempo máximo para recuperação do serviço e fechamento do chamado, em caso de indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	por hora de atraso	1.000
03	Tempo máximo para o início do atendimento do chamado, em caso de degradação de desempenho ou funcionamento da solução, desde que não haja indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	por hora de atraso	200
04	Tempo máximo para recuperação do serviço e fechamento do chamado, em caso de degradação de desempenho ou funcionamento da solução, desde que não haja indisponibilidade total do serviço de assinatura digital e carimbo de tempo	por hora de atraso	500
07	Tempo máximo para realizar contato para agendamento de emissão de certificado digital	por hora útil de atraso	100
08	Tempo máximo para realizar a emissão de certificado por videoconferência de membro/servidor	Por dia útil de atraso	300

TABELA 2 – Pontos atribuídos quando da não execução de serviços

18.1 Mensalmente será apurado o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período. Essa pontuação servirá como base para que o CONTRATANTE aplique as reduções de pagamento especificadas no Instrumento de Medição de Resultado.

## 19. Da avaliação dos serviços

19.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida nas atividades contratadas.

19.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

19.3. A aferição da execução contratual para fins de medição de resultado considerará os seguintes critérios:

19.3.1. Quanto ao método de avaliação da adequação às especificações e da qualidade dos serviços, para fins de aceitação e pagamento:

- a) O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento, sob pena de impacto no pagamento dos serviços;
- b) Para medir a qualidade dos serviços contratados realizados, serão utilizados indicadores relacionados às suas características, que terão metas definidas de forma quantitativa;
- c) Serão definidos critérios e metas de acordo com as características do serviço contratado.

## 20. Instrumento de medição de resultado (IMR)

### 20.1. IPA – Índice de Prazo de Atendimento

Indicador	
IPA – Índice de Prazo de Atendimento	
Item	Descrição
Finalidade	Medir se os prazos de atendimento dos chamados técnicos estão sendo atendidos como estabelecido no Termo de Referência e seus anexos
Meta a cumprir	Acima de 80%
Instrumento de medição	Solução para abertura e acompanhamento de chamados prevista neste documento
Forma de acompanhamento	Relatório da solução para abertura e acompanhamento de chamados
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<b>IPA = (Total de chamados técnicos atendidos no prazo / Total de chamados técnicos abertos) x 100</b>
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	IPA entre [60% e 80%] = 5% de redução da fatura do período IPA entre [40% e 60%] = 10% de redução da fatura do período IPA entre [20% e 40%] = 15% de redução da fatura do período IPA entre [0% e 20%] = 25% de redução da fatura do período
Sanções	Se o IPA <b>menor que 40%</b> – além da redução do pagamento, aplicação do estabelecido no item das sanções do contrato, a critério do CONTRATANTE.
Observações	i) Atendimentos cujo atraso foi decorrente do CONTRATANTE ou de caso fortuito ou de força maior não serão contabilizados; ii) O CONTRATANTE, a seu critério, pode não aplicar o redutor no pagamento quando a quantidade de chamados abertos for irrisória no período, impactando a apuração do indicador injustificadamente.

### 20.2. ICO – Indicador de Controle de Ocorrências

Indicador
<b>ICO – Indicador de Controle de Ocorrências</b>

Item	Descrição
Finalidade	Motivar a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como o cumprimento das especificações deste Termo de Referência.
Meta exigida	Nenhuma ocorrência
Instrumento de Medição	Controle manual dos Fiscais Técnicos e Setoriais
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório das ocorrências registradas de acordo com a <b>TABELA 2 – Pontos atribuídos quando da não execução de serviços</b>
Início de Vigência	Início do contrato
Faixa de Ajuste no pagamento	Redução do pagamento de 0,1% (zero vírgula, um por cento) sobre o valor da fatura mensal total a cada 1 (um) ponto do Controle de Ocorrências do mês referência.
Sanções	Se a redução de pagamento decorrente do ICO for igual ou maior que 10%, configurará inexecução parcial do contrato.
Observações	O CONTRATANTE pode, justificadamente, abonar o ajuste no pagamento.

### 20.3. IDS – Índice de Disponibilidade do Serviço

Indicador	
<b>IDS – Índice de Disponibilidade do Serviço</b>	
Item	Descrição
Finalidade	Medir a disponibilidade do serviço de assinatura e carimbo de tempo
Meta a cumprir	<b>99,7%</b>
Instrumento de medição	Relatório enviado pela empresa e por controle próprio do CONTRATANTE.
Forma de acompanhamento	Manual
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p><b>PFM</b> = Período de faturamento mensal em minutos</p> <p><b>NDM</b> = Número de dias do mês</p> <p><b>PFM = NDM * 1440</b></p> <p><b>IDS=[(PFM–Ti)/PFM]*100</b></p> <p><b>IDS= Índice de disponibilidade</b></p> <p><b>Ti</b>= Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período de faturamento.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Instalação e Configuração

Faixas de ajuste no pagamento	<p>IDS maior ou igual a 99,5% e menor que o estipulado para os serviços: 10% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p> <p>IDS maior ou igual a 99% e menor que o estipulado para os serviços: 15% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p> <p>IDS maior ou igual a 97% e menor que o estipulado para os serviços: 25% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p> <p>IDS maior ou igual a 95% e menor que o estipulado para os serviços: 35% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p> <p>IDS maior ou igual a 90% e menor que o estipulado para os serviços: 40% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p> <p>IDS menor que 90% que o estipulado para os serviços: 70% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p> <p>IDS menor que 80% que o estipulado para os serviços: 100% de redução do pagamento do serviço inadimplido no período</p>
Sanções	IDS menor que 90%– além da redução do pagamento, aplicação do estabelecido no item das sanções do contrato, a critério do CONTRATANTE.
Observações	O CONTRATANTE pode, justificadamente, abonar o ajuste no pagamento.

## ANEXO A2 – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

*Arquivo em excel zipado com este edital*

### ANEXO A3 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos descritos no Termo de Referência e seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Brasília, de de .

(Nome Completo do Responsável ou Preposto)

Assinatura

## ANEXO A4 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no (NOME DO ÓRGÃO).

IDENTIFICAÇÃO			
Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO e as normas de segurança vigentes no (NOME DO ÓRGÃO).

CIÊNCIA
CONTRATADA – Funcionários

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

---

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

## ANEXO A5 – ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº	nn/AAAA	DATA DE ABERTURA	DD/MM/AAAA
CONTRATO	xx/AAAA	CONTRATADA	xxxxxxxxxxx
OBJETO	Contratação de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
DESCRIÇÃO	Ordem de Serviço para xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
Níveis de Serviços	Citar os IMR associados		

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO					
Item	Descrição	Unid	Qde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
TOTAL (R\$)					

CRONOGRAMA				
Id	Tarefa	Início	Fim	Responsável
1.1	Instalar/Ativar os serviços constantes desta Ordem de Serviço, nas quantidades indicadas, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.	dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	xxxxxxxxxxx
DATA FINAL DA ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO			dd/mm/aaaa	

DOCUMENTOS/ARTEFATOS/SERVIÇOS/PRODUTOS		
Id	Descrição	Data

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

--

FISCAL TÉCNICO	FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX <i>Matrícula:</i>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX <i>Matrícula:</i>

De acordo,

REPRESENTANTE DA CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## ANEXO A6 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

CONTRATO		ORDEM DE SERVIÇO	
CONTRATADA			
OBJETO			
INF. COMPL.			

Conforme Ordem(ns) de Serviço/Fornecimento nº <número da(s) OS/OF> aprovada(s) formalmente, as partes concordam que os itens a seguir discriminados foram entregues para conferência e homologação de todas as fases e tarefas definidas. Por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente termo dando por entregue e encerradas todas as atividades da <nome da empresa contratada> para o presente recebimento provisório, referente às citadas OS/OF.

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS RECEBIDOS (OU SERVIÇOS CONTINUADOS DISPONIBILIZADOS/ATIVADOS)					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtd	Valor Mensal (R\$)	Valor Total xx mensal (R\$)
VALOR TOTAL					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Brasília, data da assinatura eletrônica.

*Assinatura do Fiscal Técnico*

## ANEXO A7 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

CONTRATO		ORDEM DE SERVIÇO	
CONTRATADA			
OBJETO			
INF. COMPL.			

Em cumprimento ao disposto no art. 32, inciso VIII, da Instrução Normativa SG/MPF nº 01/2016 ATESTAMOS que os serviços e/ou bens integrantes da(s) OS(s) acima identificada(s) foram executados/entregues no prazo acordado e atendem às exigências especificadas no Termo de Referência da contratação.

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS RECEBIDOS (OU SERVIÇOS CONTINUADOS DISPONIBILIZADOS/ATIVADOS)					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtd	Valor Mensal (R\$)	Valor Total xx meses (R\$)
VALOR TOTAL					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

*Brasília, data da assinatura eletrônica.*

## ANEXO A8 – ENDEREÇO DAS UNIDADES DO MPF

UF	Unidade	LOGRADOURO	Nº (se aplicável)	COMPLEMENTO (se aplicável)	BAIRRO	CIDADE	CEP
AC	PR-AC	ALAMEDA MINISTRO MIGUEL FERRANTE	340		PORTAL DA AMAZONIA CENTRO ADMINISTRATIVO	RIO BRANCO	69915632
AC	PRM-CRUZEIRO DO SUL	RODOVIA BR 307	4090	KM 9 CIDADE DA JUSTICA	BOCA DA ALEMANHA	CRUZEIRO DO SUL	69980000
AL	PR-AL	AVENIDA JUCA SAMPAIO	1800		BARRO DURO	MACEIO	57045365
AL	PRM-ARAPIRACA	RUA JOSE JAILSON NUNES	390		SANTA EDWIGES CAITUTUS	ARAPIRACA	57310255
AM	PR-AM	Avenida André Araújo	358		Aleixo	Manaus	69060000
AM	PR-AM ANEXO	RUA SALVADOR	464		ADRIANOPOLIS	MANAUS	69057040
AM	PRM-TABATINGA	AVENIDA DA AMIZADE	33		BRILHANTE	TABATINGA	69640000
AP	PR-AP	AVENIDA ERNESTINO BORGES	535		CENTRO	MACAPA	68908198
BA	PR-BA	Rua Ivonne Silveira (Paralela)	243	Loteamento Centro Executivo	Doron	Salvador	41192007
BA	PRE-BA	AVENIDA 1 DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	150	ANEXO 3	CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	SALVADOR	41745901
BA	PRM-BARREIRAS	RUA FRANCIS AHYLON MACEDO	3086		VILA RICA	BARREIRAS	47806210
BA	PRM-CAMPO FORMOSO	PRACA RAULINDO SATURNINO	S/N	0	RAULINDO SATURNINO	CAMPO FORMOSO	44790000
BA	PRM-EUNAPOLIS	RUA DOUTOR GRAVATA	46	ED GABRIELA	CENTRO	EUNAPOLIS	48820060
BA	PRM-FEIRA DE SANTANA	RUA CASTRO ALVES	1560		CENTRO	FEIRA DE SANTANA	44001184
BA	PRM-GUANAMBI	AVENIDA MESSIAS PEREIRA DONATO	444		AEROPORTO VELHO	GUANAMBI	46430000
BA	PRM-ILHEUS	AVENIDA BAHIA	31		CIDADE NOVA	ILHEUS	45652050
BA	PRM-IRECE	RUA RIO TAQUARI	176	RECANTO DAS ARVORES	CENTRO	IRECE	44900000
BA	PRM-JEQUIE	RUA APOLINARIO PELETEIRO	15		CENTRO	JEQUIE	45203580
BA	PRM-PAULO AFONSO	RUA TANCREDO NEVES	148	QUADRA 12	LOTEAMENTO ALVES DE SOUZA	PAULO AFONSO	48602240
BA	PRM-TEIXEIRA DE FREITAS	AVENIDA GETULIO VARGAS	3421	ED ESMERALDA	CENTRO	TEIXEIRA DE FREITAS	45985200
BA	PRM-VITORIA DA CONQUISTA	RUA NOVA ZELANDIA	567		CANDEIAS	VITORIA DA CONQUISTA	45028095
CE	PR-CE	RUA JOAO BRIGIDO	1260		JOAQUIM T AVORA	FORTALEZA	60135080
CE	PRM-CRATEUS	RUA FIRMINO ROSA	769		CENTRO	CRATEUS	63700000
CE	PRM-JUAZEIRO DO NORTE	RUA FRANCISCO CANDIDO MAGALHAES	0	40/60 - 4º e 5º PV-TOS	TRIANGULO	JUAZEIRO DO NORTE	63041195
CE	PRM-LIMOEIRO DO NORTE	AVENIDA CORONEL JOSE NUNES	685		CENTRO	LIMOEIRO DO NORTE	62930000
CE	PRM-SOBRAL	RUA DONA IOLANDA P. C. BARRETO	37		DERBY CLUBE	SOBRAL	62042270
DF	PGR ANEXO I	SETOR SGAS QUADRA 603/604	23	L2 SUL	ASA SUL	BRASILIA	70200640
DF	PGR ANEXO II	SETOR SGON QUADRA 01	175		ASA SUL	BRASILIA	70610610
DF	PGR ANEXO III - SPPEA	Setor de Autarquias Sul, Quadra 3	S/N	Bloco J	Asa Sul	Brasília	70070030
DF	PGR ASSART	PRACA DOS TRES PODERES	0	CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO IV 7º Andar, sala 72	ASA SUL	BRASILIA	70160900
DF	PGR SAFS	Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, Conjunto C	S/N	Bloco B	Asa Sul	Brasília	70050900
DF	PR-DF	SETOR SGAS QUADRA 603/604	23	L2 SUL - SUBSOLO	ASA SUL	BRASILIA	70200640
DF	PRR1	SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 5	8	BLOCO E- ED MPF	ASA SUL	BRASILIA	70070910
DF	STJ	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO	1	TRECHO III	ZONA CIVICO ADMI-	BRASILIA	70095900

		FEDERAL SUL QUADRA 6			NISTRATIVA		
DF	TSE	SETOR DE ADMINISTRACAO FEDERAL SUL QUADRA 7	0	LOTE 1/2 - ED. ANEXO CPD	ASA SUL	BRASILIA	70070600
ES	PR-ES	Avenida Jerônimo Monteiro	625		Centro	VITORIA	29010003
ES	PR-ES ANEXO	PRACA COSTA PEREIRA	52	ED MICHELINI	CENTRO	VITORIA	29010080
ES	PR-ES-NOVA SEDE	AVENIDA MARECHAL MAS- CARENHAS DE MORAES	1401		ILHA DE SANTA MARIA	VITORIA	29051015
ES	PRE-ES	RUA JOAO BAPTISTA PARRA	575		PRAIA DO SUÁ	VITORIA	29052123
ES	PRM-CACHOEI- RO DO ITAPEMI- RIM	AVENIDA FRANCISCO LACER- DA DE AGUIAR	305	0	AMARELO	CACHOEIRO DE ITAPE- MIRIM	29304623
ES	PRM-COLATINA	AVENIDA BRASIL	232	0	LACE	COLATINA	29703032
ES	PRM-LINHARES	RUA GOVERNADOR FLOREN- TINO AVIDOS	80	CENTRO COMER- CIAL CENTER NOR- TE	CONCEICAO	LINHARES	29900490
ES	PRM-SAOMA- TEUS	RUA CORONEL CONSTANTI- NO CUNHA	1345	0	FATIMA	SAO MATEUS	29933530
GO	PR-GO	AVENIDA OLINDA	2	ED ROSANGELA POFAHL BATISTA QUADRA G	PARK LOZANDES	GOIANIA	74884120
GO	PRM-ANAPOLIS	RUA PADRE LUIZ DOS ANJOS	241	ESQ COM DO CAR- MO	JUNDIAI	ANAPOLIS	75110520
GO	PRM-LUZIANIA	RUA FLORENTINO CHAVES	112	0	CENTRO	LUZIANIA	72800520
GO	PRM-RIO VERDE	AVENIDA PRESIDENTE VAR- GAS	266	CENTRO EMPRE- SARIAL LE MONDE MERCANTIL (ES- QUINA COM JOAO BRAZ)	JARDIM MARCONAL	RIO VERDE	75908730
MA	PR-MA	AVENIDA SENADOR VITORI- NO FREIRE	52		AREINHA	SAO LUIS	65030015
MA	PRM-BACABAL	RUA FREDERICO LEDA	1731	0	JARDIM PRIMAVERA	BACABAL	65700000
MA	PRM-BALSAS	RUA PREFEITO EDISIO SILVA	182	0	CENTRO	BALSAS	65800000
MA	PRM-CAXIAS	AVENIDA NORTE SUL	3		CIDADE JUDICIARIA CAMPO DE BELEM	CAXIAS	65609010
MA	PRM-IMPERA- TRIZ	AVENIDA TAPAJOS	S/N	JUSTICA FEDERAL	PARQUE DAS NACOES	IMPERATRIZ	65912900
MG	PR-MG	AVENIDA BRASIL	1877		FUNCIONARIOS	BELO HORIZONTE	30140002
MG	PRM-DIVINOPO- LIS	AVENIDA DIVINO ESPIRITO SANTO	60		CENTRO	DIVINOPOLIS	35500021
MG	PRM-GOVERNA- DOR VALADARES	RUA SA CARVALHO	51		CENTRO	GOVERNADOR VALADA- RES	35010240
MG	PRM-IPATINGA	RUA MILTON CAMPOS	32		CIDADE NOBRE	IPATINGA	35162393
MG	PRM-JUIZ DE FORA	RUA REI ALBERTO	246		CENTRO	JUIZ DE FORA	36016300
MG	PRM-MANHUA- CU	RUA PROFESSOR MANOEL DO CARMO	104	0	CENTRO	MANHUACU	36900000
MG	PRM-MONTES CLAROS	RUA SAO JOSE	547		TODOS OS SANTOS	MONTES CLAROS	39400138
MG	PRM-PASSOS	RUA SANTO ANTONIO	133	0	CENTRO	PASSOS	37900082
MG	PRM-PATOS DE MINAS	AVENIDA PADRE ALMIR NE- VES DE MEDEIROS	1249	LOJA 1	SOBRADINHO	PATOS DE MINAS	38701118
MG	PRM-POUSO ALEGRE	RUA JOSE ALFREDO DE PAU- LA	134		DOUTOR JOSE ALFRE- DO DE PAULA	POUSO ALEGRE	37553002
MG	PRM-SAO JOAO DEL REI	RUA EDUARDO JACINTO NASCIMENTO	100		FABRICAS	SAO JOAO DEL REI	36301210
MG	PRM-SETE LAGO- AS	ALAMEDA PREFEITO JOAO HERCULINO DE SOUZA	42		CENTRO	SETE LAGOAS	35700646
MG	PRM-TEOFILO OTONI	Rua Epaminondas Otoni	838	0	centro	TEOFILO OTONI	39800030
MG	PRM-UBERABA	AVENIDA GABRIELA CASTRO CUNHA	340		VILA OLIMPIA	UBERABA	38066000
MG	PRM-UBERLAN- DIA	RUA SAO PAULO	35		TIBERY	UBERLANDIA	38405027
MG	PRM-VARGINHA	RUA JULIO CEZAR DE OLIVEI- RA	134		JARDIM DOS PASSA- ROS	VARGINHA	37026380
MS	PR-MS	Avenida Afonso Pena	4444		Vila Cidade	Campo Grande	79020907
MS	PRM-CORUMBA	RUA CUIABA	1640		DOM BOSCO	CORUMBA	79331100
MS	PRM-DOURADOS	RUA JOSE CORREA DE AL-	2220	ANTIGA VIAPAR-	JARDIM CLIMAX	DOURADOS	79820155

		MEIDA		QUE QUADRA 30 LOTE 98			
MS	PRM-TRES LA- GOAS	RUA FARMACEUTICO JULIO MANCINE	348		COLINOS	TRES LAGOAS	79603040
MT	PR-MT	AVENIDA MIGUEL SUTIL	2625	BARRA DO PARI ED JARDIM CUIA- BA OFFICE E FLAT	JARDIM PRIMAVERA	CUIABA	78015650
MT	PRM-BARRA DO GARCAS	RUA MARECHAL RONDON	S/N	QUADRA 17 LOTE AREA QUINHAM COMUM 05	CIDADE VELHA	BARRA DO GARCAS	78600000
MT	PRM-CACERES	RUA GENEROSO MARQUES LEITE	S/N		CENTRO OPERACIO- NAL DE CACERES COC	CACERES	78210907
MT	PRM-RONDONO- POLIS	RUA DOM BOSCO	408		JARDIM GUANABARA	RONDONOPOLIS	78710160
MT	PRM-SINOP	AVENIDA ALEXANDRE FER- RONATO	2140		SETOR INDUSTRIAL	SINOP	78557267
PA	PR-PA	RUA DOMINGOS MARREI- ROS	690		UMARIZAL	BELEM	66055210
PA	PRM-ALTAMIRA	AVENIDA TANCREDO NEVES	3256		JARDIM INDEPENDEN- TE II	ALTAMIRA	68372222
PA	PRM-MARABA	RODOVIA TRANSAMAZONI- CA	1076	ED SCHIMIDT	AMAPA	MARABA	68502030
PA	PRM-PARAGO- MINAS	RUA NAGIB DEMACHKI	6	LOTES 6 E 8 QUA- DRA 08	PARQUE DAS AMERI- CAS	PARAGOMINAS	68627692
PA	PRM-REDENCAO	AVENIDA INDEPENDENCIA	16	QD 30 A	NUCLEO URBANO	REDENCAO	68550325
PA	PRM-SANTAREM	AVENIDA MARECHAL CASTE- LO BRANCO	S/N		INTERVENTORIA	SANTAREM	68020820
PB	PR-PB	AVENIDA PRESIDENTE EPITA- CIO PESSOA	1800		EXPEDICIONARIOS	JOAO PESSOA	58041006
PB	PRM-CAMPINA GRANDE	RUA CONSUL JOUSEPH NOU- JAIM HABIB NACAD	S/N		CATOLE	CAMPINA GRANDE	58410260
PB	PRM-GUARABI- RA	RUA ALMEIDA BARRETO	48	0	CENTRO	GUARABIRA	58200200
PB	PRM-MONTEIRO	RUA JOSE ARAUJO JAPIASSU	112	0	CENTRO	MONTEIRO	58500000
PB	PRM-PATOS	RUA DOUTOR PEDRO FIRMI- NO	55	ANTIGA SEDE DA CAMARA DOS VE- READORES	CENTRO	PATOS	58700070
PB	PRM-SOUSA	RUA FRANCISCO VIEIRA DA COSTA	S/N	0	MARIA RAQUEL GADE- LA	SOUSA	58800970
PE	PR-PE	Avenida Governador Agame- nom Magalhaes	1800		Espinheiro	Recife	52021170
PE	PRM-CARUARU	Rua Projetada Jardim Oci- dental	S/N	Quadra Z, Lote 6A	Loteamento Mauricio de Nassau	Caruaru	55016445
PE	PRM-GARA- NHUNS	Avenida Idelfonso Lopes	174		Heliópolis	Garanhuns	55296230
PE	PRM-PETRO- LINA-JUAZEIRO	Avenida Presidente Tancre- do Neves	101		Centro	Petrolina	56304190
PE	PRM-SALGUEIRO	Rua Arcôncio Vieira	129		Nossa Senhora da Gra- ça	Salgueiro	56000000
PE	PRM-SERRA TA- LHADA	Rua Enock de Carvalho	160		AABB	Serra Talhada	56912250
PE	PRR5	Rua Frei Matias Teves	65		Paissandu	Recife	50070450
PI	PR-PI	AVENIDA JOAO XXIII	1390		NOIVOS	TERESINA	64045000
PI	PRM-CORRENTE	RODOVIA BR 135	49	0	OLARIA	CORRENTE	64980000
PI	PRM-FLORIANO	AVENIDA SENADOR DIRCEU ARCOVERDE	636	0	IRAPUA I	FLORIANO	64800000
PI	PRM-PARNAIBA	AVENIDA GOVERNADOR CHAGAS RODRIGUES	431		BAIRRO DE FATIMA	PARNAIBA	64200490
PI	PRM-PICOS	RUA SAO SEBASTIAO	1105	0	CANTO DA VARZEA	PICOS	64600156
PI	PRM-RAIMUN- DO NONATO	RUA CAPITAO NEWTON RU- BEN	1315	0	ALDEIA	SAO RAIMUNDO NONA- TO	64770000
PR	PR-PR	Avenida Marechal Deodoro	933		Centro	Curitiba	80060010
PR	PRM-CAMPO MOURAO	AVENIDA MANOEL MENDES DE CAMARGO	1115	0	CENTRO	CAMPO MOURAO	87302080
PR	PRM-CASCADEL	AVENIDA BRASIL	3939	PROXIMO AO CRUZAMENTO COM A ERECHIM	CENTRO	CASCADEL	85812002
PR	PRM-FOZ DO	RUA EDMUNDO DE BARROS	660	ED EST UDIO TA-	CENTRO	FOZ DO IGUACU	85851120

	IGUACU			ROB A			
PR	PRM-FRANCISCO BELTRAO	AVENIDA JULIO ASSIS CAVALEIRO	1000	TERREO	CENTRO	FRANCISCO BELTRAO	85601000
PR	PRM-GUAIRA	AVENIDA CORONEL OTAVIO TOSTA	150	0	CENTRO	GUAIRA	85980000
PR	PRM-GUARAPUAVA	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	1811	9 ANDAR CML ARAUCARIA	CENTRO	GUARAPUAVA	85010250
PR	PRM-LONDRINA	AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA	550	LOTE 1 QUADRA 1 CONDOMINIO TORRE MONTELLO	VILA SATHLER	LONDRINA	86050460
PR	PRM-MARINGA	AVENIDA CENTENARIO	113	ZONA 8	VILA CHRISTINO	MARINGA	87050040
PR	PRM-PATO BRANCO	RUA TAPAJOS	152	ESQ C IBIPORA	CENTRO	PATO BRANCO	85501030
PR	PRM-PONTA GROSSA	RUA 7 DE SETEMBRO	304		CENTRO	PONTA GROSSA	84010350
PR	PRM-UMUARAMA	RUA JUSSARA	3255		ZONA I	UMUARAMA	87501250
RJ	PR-RJ	Avenida Nilo Peçanha		23 e 31	Centro	Rio de Janeiro	20020100
RJ	PR-RJ DETRAN	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	817		CENTRO	RIO DE JANEIRO	20071001
RJ	PRM-ANGRA DOS REIS	Avenida Juiz Orlando Caldeiras	42		Parque das Palmeiras	Angra dos Reis	23906470
RJ	PRM-CAMPOS DE GOYTACAZES	AVENIDA JOSE ALVES DE AZEVEDO	310		CENTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	28025497
RJ	PRM-ITAPERUNA	RUA DEPUTADO JOSE CERQUEIRA GARCIA	109	0	GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA	ITAPERUNA	28300000
RJ	PRM-MACAE	AVENIDA RUI BARBOSA	2000	0	ALTOS DOS CAJUEIROS	MACAE	27915012
RJ	PRM-NITEROI	RUA GALVAO PEIXOTO	11		ICARAI	NITEROI	24230090
RJ	PRM-NOVA FRIBURGO	RUA GENERAL OSORIO	46		CENTRO	NOVA FRIBURGO	28625630
RJ	PRM-PETROPOLIS	AVENIDA DOM PEDRO I	275		CENTRO	PETROPOLIS	25610020
RJ	PRM-RESENDE	RUA CONEGO BULCAO	42		CENTRO	RESENDE	27511160
RJ	PRM-SAO GONCALO	RUA CORONEL SERRADO	1560		ZE GAROTO	SAO GONCALO	24440000
RJ	PRM-SAO JOAO DE MERITI	AVENIDA AUTOMOVEL CLUB	2435		VILAR DOS TELES	SAO JOAO DE MERITI	25565171
RJ	PRM-SAO PEDRO DA ALDEIA	RUA DOUTOR JOSE RAMOS	72	ANTIGA JOSE RAMOS DE AZEVEDO	CENTRO	SAO PEDRO DA ALDEIA	28941104
RJ	PRM-VOLTA REDONDA	RUA SIMAO DA CUNHA GAGO	120		ATERRADO	VOLTA REDONDA	27213170
RJ	PRR2	AVENIDA ALMIRANTE BARROSO	54		CENTRO	RIO DE JANEIRO	20031000
RN	PR-RN	Avenida Deodoro da Fonseca	743		Tirol	Natal	59020600
RN	PRM-CAICO	RUA DOUTOR MANOEL DANTAS	99		MAYNARD	CAICO	59300000
RN	PRM-MOSSORO	AVENIDA JORGE COELHO DE ANDRADE	1	CAMPUS UFERSA	COSTA E SILVA	MOSSORO	59625400
RN	PRM-PAU DOS FERROS	RODOVIA BR 226, KM 405		CAMPUS UFERSA	São Geraldo	PAU DOS FERROS	59900000
RO	PR-RO	RUA JOSE CAMACHO	3307		EMBRATEL	PORTO VELHO	76820886
RO	PRM-JI PARANA	AVENIDA CLOVIS ARRAES	1415		CENTRO	JI-PARANA	76900045
RO	PRM-VILHENA	AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	1196		ALTO ALEGRE	VILHENA	76987174
RR	PR-RR	RUA GENERAL PENHA BRASIL	1255		SAO FRANCISCO	BOA VISTA	69305130
RS	PR-RS	RUA OTAVIO FRANCISCO CARUSO DA ROCHA	700		PRAIA DE BELAS	PORTO ALEGRE	90010395
RS	PRM-BAGE	RUA BENTO GONCALVES	455		CENTRO	BAGE	96400201
RS	PRM-BENTO GONCALVES	RUA DOUTOR CARLOS FLORES	417	ATRAS DO SHOPPING LAMERICA	SAO BENTO	BENTO GONCALVES	95700000
RS	PRM-CAPAO DA CANOA	AVENIDA CENTRAL	1960	0	ZONA NOVA	CAPAO DA CANOA	95555000
RS	PRM-CAXIAS DO SUL	RUA VISCONDE DE PELOTAS	1007		CENTRO	CAXIAS DO SUL	95020183
RS	PRM-CRUZ ALTA	AVENIDA VENANCIO AIRES	1818		CENTRO	CRUZ ALTA	98010760
RS	PRM-ERECHIM	RUA CLEMENTINA ROSSI	64		BELA VISTA	ERECHIM	99704094
RS	PRM-LAJEADO	RUA IRMAO EMILIO CONRA-	120		MOINHOS	LAJEADO	95900704

		DO					
RS	PRM-NOVO HAMBURGO	RUA GUIA LOPES	4050		RONDONIA	NOVO HAMBURGO	93410340
RS	PRM-PASSO FUNDO	RUA ANTONIO ARAUJO	720		CENTRO	PASSO FUNDO	99010220
RS	PRM-PELOTAS	RUA 29 DE JUNHO	200		AREAL	PELOTAS	96075178
RS	PRM-RIO GRANDE	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	323		PARQUE	RIO GRANDE	96202336
RS	PRM-SANTA CRUZ DO SUL	RUA ERNESTO ALVES	428		CENTRO	SANTA CRUZ DO SUL	96810060
RS	PRM-SANTA MARIA	ALAMEDA ANTOFAGASTA	67		NOSSA SENHORA DE LOURDES	SANTA MARIA	97050660
RS	PRM-SANTA ROSA	AVENIDA EXPEDICIONARIO WEBER	550		CENTRO	SANTA ROSA	98900000
RS	PRM-SANTANA DO LIVRAMENTO	AVENIDA TAMANDARE	1759		CENTRO	SANTANA DO LIVRAMENTO	97573531
RS	PRM-SANTO ANGELO	RUA BARAO DE SANTO ANGELO	1101		CENTRO	SANTO ANGELO	98801740
RS	PRM-URUGUAIANA	RUA MONTE CASSEROS	2497		CENTRO	URUGUAIANA	97501558
RS	PRR4	RUA OTAVIO FRANCISCO CARUSO DA ROCHA	800		PRAIA DE BELAS	PORTO ALEGRE	90010395
SC	PR-SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica	4876	Edifício Luiz Elias Daux - Torre 3	Agrônômica	Florianópolis	88025255
SC	PRE-SC	RUA ESTEVES JUNIOR	68		CENTRO	FLORIANOPOLIS	88015130
SC	PRM-BLUMENAU	RUA MARECHAL DEODORO	100		VELHA	BLUMENAU	89036300
SC	PRM-CACADOR	RUA CONSELHEIRO MAFRA	351		CENTRO	CACADOR	89500000
SC	PRM-CHAPECO	AVENIDA PORTO ALEGRE	427	EDIFICIO LAZIO EXECUTIVO	CENTRO	CHAPECO	89802130
SC	PRM-CONCORDIA	RUA MARECHAL DEODORO	772	ED MIRAGE OFFICES	CENTRO	CONCORDIA	89700000
SC	PRM-CRICIUMA	RUA RAYMUNDO PROCOPIO NUNES	40	ESQUINA COM MARTINHO LUTERO	MILANESI	CRICIUMA	88804445
SC	PRM-ITAJAI	AVENIDA OSVALDO REIS	906		FAZENDINHA	ITAJAI	88306000
SC	PRM-JARAGUA DO SUL	RUA JOAO PLANINCHECK	1990	0	JARAGUA ESQUERDO	JARAGUA DO SUL	89253105
SC	PRM-JOACABA	RUA FREI EDGAR	138	0	CENTRO	JOACABA	89600000
SC	PRM-JOINVILLE	Rua Ministro Calógeras	815		Anita Garibaldi	JOINVILLE	89202-008
SC	PRM-LAGES	AVENIDA BELISARIO RAMOS	3800	ED LAGES BUSINESS CENTER	CENTRO	LAGES	88502100
SC	PRM-MAFRA	RUA CORONEL JOSE SEVERIANO MAIA	846	0	VILA BUENOS AIRES	MAFRA	89300000
SC	PRM-RIO DO SUL	ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS	900	0	CENTRO	RIO DO SUL	89160000
SC	PRM-SAO MIGUEL DOESTE	RUA MARCILIO DIAS	1906	1 ANDAR	SAGRADO CORACAO	SAO MIGUEL DO OESTE	89900000
SC	PRM-TUBARAO	RUA TUBALCAIM FARACO	150	EDIFICIO SEVEN BUSINESS CENTER	CENTRO	TUBARAO	88701150
SE	PR-SE	RUA JOSE CARVALHO PINTO	280		JARDINS	ARACAJU	49026150
SP	PR-SP	Rua Frei Caneca	1360		Cerqueira Cesar	São Paulo	01307002
SP	PRM-ANDRADINA	RUA SANTA TERESINA	787	PREDIO DA JUSTICA FEDERAL	CENTRO	ANDRADINA	16901006
SP	PRM-ARACATUBA	RUA CANDIDO PORTINARI	586		JARDIM NOVA IORQUE	ARACATUBA	16018220
SP	PRM-ARARAQUARA	AVENIDA RODRIGO FERNANDO GRILLO	207		JARDIM DOS MANACAS	ARARAQUARA	14801534
SP	PRM-ASSIS	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO	265		CENTRO	ASSIS	19800030
SP	PRM-BAURU	RUA ALBERTO SEGALLA	0	1-45	JARDIM INFANTE DOM HENRIQUE	BAURU	17012634
SP	PRM-BRAGANCA PAULISTA	AVENIDA DOUTOR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	141		JARDIM SEVILHA	BRAGANCA PAULISTA	12914160
SP	PRM-CAMPINAS	RUA ODILA MAIA ROCHA BRITO	25		NOVA CAMPINAS	CAMPINAS	13092110

SP	PRM-CARAGUATATUBA	AVENIDA PREFEITO GERALDO NOGUEIRA DA SILVA	644		INDAIA	CARAGUATATUBA	11665000
SP	PRM-FRANCA	AVENIDA HUGO BATARELLO	4100		ESPLANADA PRIMO MENEGHETTI	FRANCA	14403219
SP	PRM-GUARATINGUETA	AVENIDA JOAO PESSOA	52	2 ANDAR	PEDREGULHO	GUARATINGUETA	12515010
SP	PRM-GUARULHOS	RUA JOSEFINA MANDOTTI	422	ESQUINA COM SALGADO FILHO	BOSQUE MAIA	GUARULHOS	07115080
SP	PRM-ITAPEVA	RUA ZITA FERRARI	18	ANTIGA MAUA	JARDIM FERRARI	ITAPEVA	18405050
SP	PRM-JALES	RUA 6	1837		JARDIM MARIA PAULA	JALES	15704104
SP	PRM-JAU	TRAVESSA JOSE VERISSIMO	159		JARDIM ALVORADA	JAU	17210220
SP	PRM-JUNDIAI	RUA RANGEL PESTANA	1076		CENTRO	JUNDIAI	13201000
SP	PRM-MARILIA	AVENIDA DAS ESMERALDAS	1215		JARDIM TANGARA	MARILIA	1751600
SP	PRM-OSASCO	RUA PADRE DAMASO	294		CENTRO	OSASCO	6016010
SP	PRM-OURINHOS	AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES	2520		ROYAL PARK	OURINHOS	19907510
SP	PRM-PIRACICABA	AVENIDA LOURENCO DUCATTI	49		VILA REZENDE	PIRACICABA	13405208
SP	PRM-PRESIDENTE PRUDENTE	AVENIDA MANOEL GOULART	1090		VILA OCIDENTAL	PRESIDENTE PRUDENTE	19015240
SP	PRM-REGISTRO	AVENIDA CLARA GIANOTTI DE SOUZA	1539		VILA NOVA RIBEIRA	REGISTRO	11900000
SP	PRM-RIBEIRAO PRETO	RUA CONDE AFONSO CELSO	904		JARDIM SUMARE	RIBEIRAO PRETO	14025040
SP	PRM-SANTOS	AVENIDA WASHINGTON LUIS	452		CENTRO	SANTOS	11055000
SP	PRM-SAO BERNARDO DO CAMPO	AVENIDA BARAO DE MAUA	502		CHACARA INGLESA	SAO BERNARDO DO CAMPO	9726000
SP	PRM-SAO CARLOS	RUA AQUIDABAN	355		CENTRO	SAO CARLOS	13560120
SP	PRM-SAO JOAO DA BOA VISTA	RUA JOAQUIM ALFREDO DE ALMEIDA	247		JARDIM YARA	SAO JOAO DA BOA VISTA	13870511
SP	PRM-SAO JOSE DO RIO PRETO	AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	1020		JARDIM PANORAMA	SAO JOSE DO RIO PRETO	15092175
SP	PRM-SAO JOSE DOS CAMPOS	AVENIDA NOVE DE JULHO	765		VILA JACY	SAO JOSE DOS CAMPOS	12243000
SP	PRM-SOROCABA	AVENIDA ANTONIO CARLOS COMITRE	295		PARQUE CAMPOLIM	SOROCABA	18047620
SP	PRM-TAUBATE	RUA MARECHAL ARTUR DA COSTA E SILVA	730		CENTRO	TAUBATE	12010900
SP	PRR3	Avenida Brigadeiro Luiz Antônio	2020		Bela Vista	São Paulo	01318002
TO	PR-TO	RUA 104 NORTE	S/N	NE 03 CONJUNTO 02	PLANO DIRETOR NORTE	PALMAS	77006018
TO	PRM-ARAGUAINA	AVENIDA NIEIF MURAD	1	QUADRA 01	SETOR NOROESTE SETOR JARDIM GOIAS	ARAGUAINA	77824022
TO	PRM-GURUPI	RUA DEPUTADO JOSE DE ASSIS	16	QUADRA 17	SETOR CENTRAL	GURUPI	77402050

## ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026

QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A EMPRESA XXXXXXXXX.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com sede no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C - Brasília/DF, CNPJ sob o nº 26.989.715/0050-90, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Senhor **THIAGO LONGO MENEZES**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 181 de 26/02/2025, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor **DAVI LUCAS BOIS**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 173 de 12/06/2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nºXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXX em XXXXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXX**, (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **1.00.000.008717/2024-20** referente Pregão nº xxx/20xx, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, no Termo de Referência nº 10/2026/ASSAPCON/SUBCORP/SA, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de serviços, sob demanda, de emissão, suporte técnico e armazenamento de certificados digitais em nuvem do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público e “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, assinatura digital e carimbo de tempo, emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), para atendimento do Ministério Público Federal – MPF.

**Parágrafo Único** – Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

**2.1 O prazo de vigência da contratação** é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.1** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permiti-

da a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Não tenha registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço, contado a partir do recebimento da referida Ordem.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de garantia contratual deverá vigorar por toda a vigência do contrato, conforme disposição contida no subitem 4.14 do termo de referência.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor estimado do contrato é de R\$ XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme discriminado a seguir:

GRUPO ÚNICO					
Item	Descrição	Unid.	Quant. Máxima	Valor Unit. (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Um	9.210		-
2	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Um	90		

GRUPO ÚNICO					
3	Serviço de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem	Um	43.198.734		
					ANO 1
					ANO 2
					ANO 3
					ANO 4
					ANO 5
					TOTAL 60 MESES

**Parágrafo Único** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026.

6.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no **subitem 6.1**, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do **ICTI/IPEA (Índice de Custo da Tecnologia da Informação)** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

6.2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **subitem 6.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

6.2.3.1. Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

6.8. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA– DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

7.1 A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Caberá ao CONTRATANTE:

8.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

8.1.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.1.3 Conferir o(s) serviço(s) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;

8.1.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

8.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

8.1.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.8 O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre os serviços contratados, ficando a cargo da Secretaria de Administração (SA/MPF) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

8.1.9 Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

8.1.9.1 O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto à prestação do(s) serviço(s):

9.1.1. Indicar formalmente seu preposto;

9.1.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;

9.1.3. Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;

9.1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;

9.1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

9.1.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

9.1.7. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

9.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.9. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

9.1.10. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.11. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com defi-

ciência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

## **9.2. Quanto às vedações:**

9.2.1. É vedado **ter em seu quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

9.2.1.1. A vedação prevista no subitem 9.2.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

9.2.1.2. A vedação constante no subitem 9.2.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.2.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

## **9.2.2. Também não será permitido:**

9.2.2.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.2. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;

9.2.2.3. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.2.3. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, **contratar** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## **9.3. Quanto às obrigações gerais:**

9.3.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;

9.3.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.3.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

10.2 No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;
- f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça

ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor estimado para o primeiro ano do contrato**.

11.1.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverão ser prestadas em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

11.1.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, **a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato**, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 11.6 deste contrato**.

11.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, **além das glosas decorrentes da apuração do IMR;**

11.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

11.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 11.7**, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do término do contrato ou da sua extinção;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.21. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do **subitem 12.1**, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) **por dia de atraso** sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no **subitem 12.2.4.2**;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o **décimo quinto dia de mora**;

c) ocorrer atraso na apresentação da garantia prevista na **Cláusula Décima Primeira deste Contrato em até 15 (quinze) dias**, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato, até o máximo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento). O atraso superior a 15 (quinze) dias será considerado inexecução parcial do contrato e autorizará o CONTRATANTE a promover a sua rescisão;

12.2.4.2. **Multa Sancionatória** após o **décimo quinto dia de mora**, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de **2,0% a 4,0%** para as infrações das alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do **subitem 12.1**, observando a dosimetria mencionada no **subitem 12.6**; e

b) multa de **4,0% a 7,5%** para as infrações das alíneas "f", "g", "h" e "i" do **subitem 12.1**, observando a dosimetria mencionada no **subitem 12.6**.

12.2.4.2.1. No caso das infrações previstas nas alíneas "d", "f", "g", "h" e "i" do subitem 12.1, os limites mínimos ou máximos estabelecidos poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria mencionados no subitem 12.6.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2.1 Caso não ocorra o pagamento pela multa aplicada, a mesma poderá ser descontada dos valores dados em garantia, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

(i) UG Executora 200100 (SA/MPF);

(ii) Ação:

(iii) Plano Interno:

(iv) Fonte:

(v) Natureza da Despesa:

(vi) Nota de Empenho nº 202xNE000xxx, de xx/xx/2026.

**Parágrafo Único** – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro** – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo** – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer, preferencialmente, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

**Parágrafo Quarto** – Nos termos dos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a Administração realizará consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, como para a celebração de quaisquer termos aditivos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO**

18.1 O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída

pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382 de 05/05/2015 ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1 O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

*Assinatura Digital*  
**CONTRATANTE**

*Assinatura Digital*  
**CONTRATADA**

### **TESTEMUNHAS:**

*Assinatura Digital*

*Assinatura Digital*

### **ANEXO A – AO CONTRATO (TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2026 – ASSAPCON/SUBCORP)**

### **ANEXO B – AO CONTRATO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)**

Com base nas Leis n. 12.527/2011, n. 12.965/2014 e n. 13.709/2018, na Resolução CNMP n. 281/2023, e no(a) \* (indicar normativo interno aplicável), eu, \* (nome completo), inscrito no CPF n. \*, matrícula n. \*, na qualidade de *MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO*, comprometo-me a manter sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso durante minhas atividades no \* (ramo ou unidade do MP).

Declaro ciência das seguintes definições legais:

- Dado pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- Dado pessoal sensível: Dados sobre origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, genética ou biometria;
- Titular dos dados: Pessoa a quem os dados pessoais se referem;
- Banco de dados: Repositório, físico ou eletrônico, que contenha dados pessoais;
- Tratamento de dados: Qualquer operação realizada com dados pessoais (coleta, uso, armazenamento etc.).

Reconheço que o \* (*ramo ou unidade do MP*) realiza o tratamento de dados pessoais e que, no exercício de minhas funções, terei acesso a tais informações, incluindo dados sensíveis e de crianças e adolescentes.

Comprometo-me a:

1. Manter sigilo e cautela no tratamento de dados, evitando sua divulgação indevida;
2. Tratar dados pessoais apenas no âmbito de minha atuação e para finalidades legítimas, conforme a LGPD;
3. Não guardar cópias ou registros pessoais dos dados acessados e restituí-los quando solicitado;
4. Informar imediatamente sobre qualquer violação de segurança ou uso indevido dos dados;
5. Cumprir este compromisso mesmo após o término de meu vínculo com a instituição.

Cidade/Estado, \_\_/\_\_/\_\_.

---

Assinatura do MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO

## ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Local, xx de xxxxx de 2026

[Nome da Empresa proponente]

[Endereço]

[e-mail e telefone]

[CNPJ]

Ao

Ministério Público Federal

Secretaria de Administração do MPF

Ref.: Edital de Pregão 90020/2026 – Proposta

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para o grupo abaixo discriminado no valor total de R\$ \_\_\_\_\_

GRUPO ÚNICO					
Item	Descrição	Unid.	Quant. Máxima	Valor Unit. (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo “A3” Cert-JUS Poder Público, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Um	9.210		-
2	Serviço de emissão, suporte técnico e armazenamento em nuvem de Certificado Digital do tipo “A3” e-CNPJ, padrão ICP Brasil, com validade de 5 anos	Um	90		
3	Serviço de assinatura digital e carimbo de tempo em nuvem	Um	43.198.734		
ANO 1					
ANO 2					
ANO 3					
ANO 4					
ANO 5					
TOTAL 60 MESES					

### APRESENTAR COM ESTA PROPOSTA O ANEXO A2 DECOMPOSTO CONFORME O LANCE

Declaramos, expressamente, que:

1. A presente Proposta é válida por (.....) dias a partir desta data (*no mínimo 60 dias*)
2. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no Edital e seus anexos
3. Para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

☐ O quadro societário desta empresa não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do

órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

☐ O quadro societário desta empresa possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e/ou pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abaixo identificado.

Nome do Membro/Servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

4. A nossa proposta inclui a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Dados Bancários:

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

*[Nome da Empresa Proponente]*

*[Representante Legal]*

....., ..... de ..... de 2026

# MPF



ADMINISTRAÇÃO